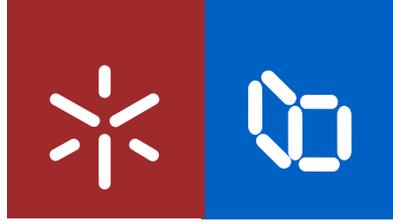


Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Lin Yinan

**Tradições Estudantis Universitárias:
instrução militar *versus* praxe académica**



Universidade do Minho

Instituto de Letras e Ciências Humanas

Lin Yinan

**Tradições Estudantis Universitárias:
instrução militar *versus* praxe académica**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês:
Tradução, Formação e Comunicação Empresarial

Trabalho efetuado sob a orientação do

Professor Doutor João Ribeiro Mendes

e da

Professora Doutora Sun Lam

Agradecimentos

A presente dissertação é resultado de um trabalho individual, que não seria possível sem o contributo direto e indireto de algumas pessoas. Será difícil agradecer a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram durante esse longo caminho de erros e aprendizagens, seja na língua chinesa, seja em outras áreas. Cabe-me, aqui, deixar uma palavra de agradecimento a todos aqueles que tornaram a realização da mesma possível.

Primeiramente, a minha profunda e sincera gratidão ao Professor Doutor João Ribeiro Mendes e à Professora Doutora Sun Lam pela orientação incansável, pela paciência, dedicação, apoio, pelas sugestões e comentários e, a um nível pessoal, pelo incentivo e amizade.

Ao Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, pela oportunidade de formação académica no programa de Mestrado.

Um grande agradecimento à Ruthia Portelinha pela sua amabilidade em esclarecer os diversos equívocos ortográficos e pelas suas sugestões na forma de organizar e estruturar os assuntos, por vezes confusos, da dissertação.

A todos os docentes do mestrado em *Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial*, pela paciência e pelos conhecimentos transmitidos.

Aos meus pais e a toda a minha família, que me concederam apoio incondicional e paciência doseados de espírito crítico, já que sem eles esta teria sido uma tarefa bem mais difícil. Ao meu namorado, pelo amor e apoio incondicional, tanto no meu percurso académico, como ao longo da vida.

Aos meus colegas de mestrado, pela sua amizade e pela ajuda, não só a nível académico mas também pessoal, bem como aos meus amigos, pelo interesse em acompanhar a evolução do meu trabalho e pelas palavras de incentivo.

Resumo

Praxe académica, ou simplesmente Praxe, é um conjunto de práticas que visa a receção e integração dos novos estudantes nas instituições de ensino superior portuguesas em que ingressam. Iniciado no séc. XIV, mas popularizado sobretudo a partir do século XVI na Universidade de Coimbra, foi sempre um fenómeno sujeito a contestação. Talvez porque as práticas associadas à Praxe por vezes resvalam no exercício de formas de humilhação e de agressão física e psicológica aos novos estudantes.

Na China existe uma atividade semelhante à Praxe académica: a Instrução militar. A Instrução militar tem uma história muito antiga, podendo remontar a 1000 anos a.C.. Sendo uma atividade muito importante para os estudantes chineses, não deixa de suscitar algumas dúvidas e oposição social.

Apesar das semelhanças entre a Praxe académica e a Instrução militar, as duas atividades registam também muitas diferenças. Baseando-se na análise do seu desenvolvimento histórico e do seu estado atual, o presente texto aponta as vantagens de tais práticas de integração académica e apresenta sugestões concretas para colmatar as falhas existentes. A Praxe e a Instrução militar, no sentido da sua raiz histórica e da sua influência, já não é somente um assunto académico, mas uma questão social que merece atenção e preocupação. A presente dissertação procura descrever a cultura universitária chinesa e portuguesa, partindo do princípio que os dois países podem aprender um com o outro, aprofundar o intercâmbio cultural, integrando, gradualmente, as duas culturas.

Palavras-chave: praxe académica; instrução militar; integração; contestação

Abstract

The Portuguese word *Praxe* describes a set of students' traditions in universities, or a set of initiation rituals which freshmen are subjected to in some Portuguese universities. Its roots go as far back as the 14th century, but it became most known in the 16th, in the University of Coimbra. *Praxe* is replicated by other higher education institutions across the country. But in the course of several centuries of development has always been controversial. Perhaps because practices associated with *Praxe* sometimes slip in the exercise of humiliation and physical and psychological aggression to new students.

In China there is also a similar activity: the Military training. Military training has a long history, its roots go back to 1000 years BC. It's a very important activity for Chinese students. Through thousands of years of development, it become gradually mature, but also has raised some questions and social oposition. *Praxe* and Military training, as traditional student's culture, show several similarities, but they also present a lot of differences.

In this dissertation, we try to analyze the origins, development and present situation of *Praxe* and Military training, and suggest some ways to improve the understanding of the current paradigm. Through this dissertation, we tried to identify positive aspects of this activities and give some suggestions for making them even more benefical to sophomore`s academic integration, hoping the two countries can learn from each other's experience, deepening the cultural exchanges between China and Portugal and, gradually, bring these two cultures together.

Keywords: *Praxe*; military training; cultural integration; controversy

摘要

葡萄牙高校迎新传统是指在葡萄牙高校中老生为迎接新生的到来而进行的一系列传统仪式。该传统历史悠久，起源于十四世纪的科英布拉大学，但在几个世纪以来的发展过程中一直不断的受到争议。有部分老生借此机会对新生实施暴力行为，对其造成了生理和心理的伤害，引发社会关注。

而在中国，作为大学新生入学的第一课，军训是每个新生深刻的“青春记忆”。同样，军训也历史悠久，最早可以追溯到夏商时期，通过几千年的发展逐渐走向正轨，其中也有一些质疑和一些社会性事件的发生。作为校园传统文化，葡萄牙迎新活动与军训有许多的相似与不同。本文对葡萄牙迎新活动和中国的军训的起源、发展及现状进行了深刻的研究分析和对比，对其积极作用予以充分肯定，并对存在的问题提出了具体的意见和建议。从其历史根源和社会影响角度来说，两国校园传统文化已经不仅仅是一个简单的校园问题，而是一个需要认真反思的社会问题。通过本文，希望大家对于中国和葡萄牙的校园文化有更加深入的了解，两国的校园传统可以互相学习借鉴，取长补短，加深文化交流，最终使两国文化可以逐渐融合。

关键词:社会问题;融合;争议;高校迎新传统; 军训

Índice

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I - Praxe Académica	4
1. Caracterização geral.....	5
1.1. Significado da expressão.....	5
1.2. Dimensão ritual.....	6
1.3. Dimensão institucional.....	8
2. Breve história	9
2.1. Origens.....	9
2.2. Evolução	11
3. Na atualidade	15
3.1. Inglaterra e Estados Unidos da América.....	15
3.2. Portugal.....	16
3.2.1. O lado negro da Praxe: casos de violência mediáticos	17
3.2.2. Uma tendência mais recente: casos em tribunal	19
4. Opositores	21
4.1. O fenómeno anti-praxe	21
4.1.1. O MATA e o Antípodas.....	22
4.1.2. Manifesto Anti-praxe	23
4.2. Intervenção da tutela	24
4.2.1. As cartas do Ministro do MCTES.....	24
4.2.2. O relatório da Comissão de Educação e Ciência da AR	25
4.3. Comentários no espaço público	25
5. Inquéritos acerca da Praxe Académica	27
6. Balanço	28
Capítulo II - Instrução Militar	30
2.1. Definição.....	31
2.1.1. O conteúdo da Instrução militar.....	33
2.2. Evolução histórica	42
2.2.1. Origens	42

2.2.2. Desenvolvimento	43
2.2.3. História moderna.....	49
2.3. Estado Atual	50
2.3.1. Instrução militar no ensino superior estrangeiro.....	51
2.3.2. Atualidade na China.....	53
2.4. Reflexão sobre a Instrução militar	55
2.4.1. Alguns problemas	55
2.4.2. Contestações	57
2.4.3. Soluções propostas.....	58
Capítulo III Comparação entre a Praxe e a Instrução militar	60
3. 1. Praxe Académica.....	61
3.1.1. Inquéritos às perceções dos estudantes	61
3.2. Instrução Militar.....	71
3.2.1. Inquéritos às perceções dos estudantes	71
3.3. Semelhanças e diferenças entre a Praxe e a Instrução militar.....	79
3.4. Choque Cultural	80
Conclusão.....	82
Referências bibliográficas	85
Web links.....	89
Anexos	92

Índice de Figuras

Figura 1 - Programa da Welcome Week	15
Figura 2 - Dobrar o cobertor em forma de "tofu"	32
Figura 3 - Estado de alerta	34
Figura 4 - Posição de descanso	34
Figura 5 - À vontade	35
Figura 6 - Alinhar o olhar à esquerda	35
Figura 7 - Contagem em voz alta.....	36
Figura 8 - Marcha	36
Figura 9 - Corrida	37
Figura 10 - Marcha "larga"	37
Figura 11 - Continência	38
Figura 12 - Agachamento	38
Figura 13 - Virar à esquerda	39
Figura 14 - Marcha em andamento	39
Figura 15 - Marcor	40
Figura 16 - Instruendo a rastejar	40
Figura 17 - Perfilar/alinhar em formatura (站军姿, <i>zhàn jūn zī</i>)	41
Figura 18 - Dança de artes marciais	44
Figura 19 - Exames imperiais	45

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Amostra por género	61
Gráfico 2 - Nível académico	62
Gráfico 3 - Participação em atividades da praxe	62
Gráfico 4 - Como encara, no geral, a praxe?	63
Gráfico 5 - Considera que na praxe se cometem excessos?.....	63
Gráfico 6 - De que espécie são esses excessos?.....	64
Gráfico 7 - Se tomou parte na praxe, como praxado/a ou como praxante, fê-lo porque se sentiu forçado/a a isso?	64
Gráfico 8 - Que tipo de coação sentiu?	65
Gráfico 9 - Que espécie de ameaça ao bem-estar psicológico sentiu?	65
Gráfico 10 - Quando ocorrem as atividades da praxe?	66
Gráfico 11 - No seu entender, qual seria o momento mais adequado para as atividades da praxe?	66
Gráfico 12 - Qual seria a duração mais adequada para as atividades da praxe?.....	67
Gráfico 13 - Na sua opinião quem foi o principal responsável pelos mesmos?	67
Gráfico 14 - Se tomou parte nas atividades da Praxe, que balanço faz da sua participação?	68
Gráfico 15 - Porque é que tomar parte nas atividades da Praxe é positivo?	68
Gráfico 16 - Porque é que tomar parte nas atividades da Praxe é negativo?	69

INTRODUÇÃO

O ingresso no ensino superior é um marco importante na vida de cada indivíduo, uma fase de transição que acarreta diversas alterações no desenvolvimento. Ou seja, o impacto da experiência universitária não se resume à formação académica e profissional, mas implica uma série de transformações psicológicas e sociais nos alunos, sendo o primeiro ano um período crítico para a adaptação à nova realidade. É precisamente nesta fase que surgem algumas tradições que visam facilitar a sua integração, que se revestem de características distintas em Portugal e na China.

A presente dissertação tem como objetivo principal fazer um estudo comparado acerca da praxe académica em Portugal e da instrução militar na China, enquanto formas de receção e integração dos alunos na vida universitária.

A instrução militar ocorre no primeiro semestre de cada curso sendo, normalmente, obrigatória nas universidades chinesas. Cada instituição convida militares profissionais para dar instrução militar aos novos alunos, que consiste sobretudo em treino físico, mas que fornece também algumas noções de primeiros socorros e teoria de militar, ao mesmo tempo que incute sentido de ordem e espírito de grupo.

Tendo lugar no contexto académico, esta prática é, em todo o caso, de natureza militar. Assim sendo e para evitar confusões usarei “instrução militar” para referir a atividade militar propriamente dita e “instrução militar universitária (IMU)” para designar a mesma atividade em contexto académico.

Na China a instrução militar tem uma longa história, podendo remontar a 1000 anos a.C. Hoje, ela faz parte da cultura tradicional dos estudantes universitários, sendo muito importante na medida em que os ajuda a socializar, representando, por isso, uma forma de integração na vida académica. No entanto, a IMU suscita controvérsia em alguma opinião pública. Diversos críticos, em particular na blogosfera, vêm defendendo que o Governo chinês tornou obrigatória a instrução militar em contexto educativo com a intenção de “doutrinar” os estudantes e, desse modo, assegurar a estabilidade política.

A praxe académica, à semelhança da IMU, também procura promover a receção e integração dos caloiros no meio académico, por meio de diversas atividades. Mais que um simples costume, a praxe engloba uma série de práticas, exercícios, brincadeiras e treinos que se estendem a quase todas as instituições do ensino superior em Portugal. Com um desenvolvimento histórico de mais de sete séculos, a praxe académica sobreviveu a inúmeras mudanças sociais e experienciou transformações da

sua própria natureza.

No século em curso tem vindo a receber crescente atenção social e contestação pois estas práticas conduziram, em alguns casos, à morte, a ferimentos graves ou irreversíveis a caloiros, conduziram à abertura de processos-crime e têm sido objeto de forte polémica. Têm suscitado a preocupação da sociedade civil e levado mesmo à intervenção das autoridades nos casos mais mediáticos. As opiniões dividem-se a esse respeito. Em suma, a praxe permanece uma questão sensível; a fim de restabelecer um ambiente educativo estável e preservar o prestígio das instituições de ensino, alguns entendem que a praxe deve ser seriamente repensada.

Ao longo dos três anos de permanência em Portugal a estudar língua portuguesa - primeiro em Coimbra, depois em Braga - pude observar que a praxe constitui uma atividade muito mobilizadora da população estudantil nas universidades portuguesas. Testemunhei muitas vezes caloiros a serem praxados e o assunto suscitou a minha curiosidade intelectual. Na China, como referi, existe algo parecido com a praxe académica: a "instrução militar universitária". No entanto, as atividades realizadas na IMU e na praxe académica registam diferenças significativas. Na praxe, os estudantes realizam atividades mais ou menos lúdicas, ao passo que na IMU, que consiste essencialmente em treino físico como na tropa, essa componente lúdica está ausente. Pelo interesse e relevância que estas duas tradições universitárias suscitam, pretende-se identificar os aspetos que diferenciam e aproximam os fenómenos português e chinês.

Para isso, realizou-se uma pesquisa (sobretudo recolha e análise de material *online*) sobre a origem e o desenvolvimento de ambos os fenómenos, praxe e IMU, colocando-os em contraste, referindo também os movimentos anti-praxe, assim como os pontos de vista das autoridades chinesas e portuguesas e daqueles que terão eventualmente sofrido com os seus efeitos. Todas as fontes de dados estatísticos utilizados na dissertação são de natureza oficial. Num segundo momento, analisam-se os inquéritos sobre as perceções dos estudantes sobre a praxe e a IMU, aplicados a alunos portugueses e chineses.

CAPÍTULO I

Praxe Académica

O presente capítulo encontra-se organizado em cinco secções. Na primeira pretende-se fazer uma caracterização geral da praxe académica. Num segundo momento, faz-se uma breve reconstrução histórica da mesma, para depois (terceira secção) retratar o seu estado atual. A quarta recolhe e analisa alguma contestação que vem sendo feita à praxe, na opinião pública e, por fim, faz-se uma avaliação geral do fenómeno.

1. Caracterização geral

1.1. Significado da expressão

A expressão "praxe académica" (doravante designada apenas praxe) é definida no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa como um "conjunto de costumes especiais e convenções, usados por estudantes de algumas universidades, baseados na hierarquia académica"¹. Esta definição conserva o sentido mais geral dado à palavra no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, que descreve a praxe como "aquilo que habitualmente se faz, costume, prática, rotina"².

Praxe é, pois, um substantivo feminino que indica o que é costume, o que se faz de maneira habitual, corriqueira. No mundo académico, representa um tipo de ritual praticado, aplicado pelos veteranos (os estudantes mais velhos) aos caloiros (os estudantes primeiranistas). A palavra "praxe" vem do grego *práxis*, que quer dizer "ação" ou "prática".

De acordo com Aníbal Frias (2003)

Em Portugal, a palavra "Academia" refere-se aos estudantes (universitários, em primeiro lugar) eventualmente agrupados em torno de uma Associação Académica e constituindo, a diferentes níveis segundo as épocas e os locais, uma sociedade dotada de autonomia e centrada em sociabilidades e culturas mais ou menos homogéneas e partilhadas.³

¹ Cfr. p. 2930.

² Cfr. p. 2951.

³ Cfr. p. 83.

O mesmo autor assinala também que

A Praxe Académica refere-se igualmente, ou referia-se, a brincadeiras por vezes violentas, a comportamentos lúdicos e paródicos: troças, partidas, piadas, de que dão testemunho as Memórias dos antigos estudantes. Esta restrição da Praxe deve incluir os registos subjectivo e representacional: o do vivido e o das percepções - variáveis, segundo os grupos e as épocas.⁴

1.2. Dimensão ritual

Analisando a sua forma de execução, podemos dizer que a praxe é um tipo de ritual. Ora, "ritual" é definido no *Dicionário da Língua Portuguesa* de Joaquim Costa e António Melo como "referente aos ritos" ou a "cerimónias que se devem observar na prestação de um culto; cerimonial; etiqueta; protocolo"⁵ e no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo como "formas que se devem observar na prática das cerimónias de uma religião".⁶

O académico chinês Peng Zhaorong, da Universidade de Xia Men, no seu livro *人类学仪式的理论与实践*, 北京, 民族出版社 «Teoria e Prática da Cerimónia de Antropologia», declara que, nos tempos antigos, os rituais estiveram sempre intimamente ligados com a religião e, nesse sentido, as cerimónias religiosas eram sinónimo de ritual. O autor recorda, por exemplo, que algumas tribos construía espaços especiais onde se juntavam para fazer orações num dia determinado, de modo a pedir a bênção do céu.

Mas os rituais também foram realizados por governantes. Quando um novo governante subia ao trono, ou queria assinalar um momento importante, os rituais solenes eram indispensáveis para que fossem aceites por Deus. Mesmo nas comunidades comuns os povos faziam cerimónias, como o sacrifício de animais, para que fossem abençoados.

Ritual, porém, tem um significado mais vasto na área da Antropologia. Neste domínio, considera-se os rituais como um conjunto de comportamentos sociais e humanos. Um ritual pode ser executado em lugares regulares ou em situações

⁴ Cfr. *Idem*, p. 82.

⁵ Cfr. p. 1440.

⁶ Cfr.p. 2233.

específicas. Pode ser executado por um único indivíduo, um grupo, ou por uma comunidade inteira. Pode ocorrer perante pessoas ou em privado. No entanto, um elemento indispensável em toda a observação dos rituais é a regra, ou seja, a observação, sem exceção, de regras bem definidas.

Os rituais incluem os vários ritos de adoração e sacramentos de religiões organizadas e cultos, mas também os ritos de passagem de certas sociedades. Ritos de passagem são celebrações que marcam mudanças de estado de uma pessoa no seio da sua comunidade, podendo ter um caráter religioso ou não. Um conhecido antropólogo francês do século passado, Charles-Arnold Van Gennep, grande estudioso dos ritos de passagem, mostrou como eles são realizados de diversas formas. Veja-se, por exemplo, a entrada da *Wikipédia* para este autor, onde se pode ler que nas sociedades primitivas era obrigatório que as pessoas passassem um momento especial da sua vida através de uma cerimónia, conhecida como rito de iniciação ou de passagem. Esta cerimónia desempenhava um papel importante, marcava uma mudança individual, momento em que essa pessoa se tornava num indivíduo independente ou oficialmente aceite como membro da comunidade onde vivia. O conceito indica que os ritos de passagem acompanham a vida inteira do ser humano.⁷

O primeiro rito de passagem é, obviamente, o nascimento, que implica a entrada de um recém-nascido num mundo novo. Os seus antecessores apresentam-no aos outros parentes, nomeiam-no com o apelido da família, o que implica que o recém-nascido foi aceite por essa família e conhecido como sendo parte da linhagem ancestral. Em muitas sociedades, um jovem rapaz ia abater o seu primeiro animal ou, quando fazia 18 anos, o pai levava-o a uma prostituta para ser sexualmente iniciado. Tanto o abatimento do animal como a iniciação sexual são ritos de passagem que significam que o rapaz passa a ser considerado adulto.

Pode dizer-se que a praxe funciona também como um rito de passagem. O acesso ao ensino superior marca um ponto de viragem na vida estudantil dos alunos. O ensino superior – universidades, institutos politécnicos, escolas superiores, etc. – oferece aos caloiros um ambiente académico bem diferente do do ensino secundário. Após entrarem no ensino superior, os estudantes recebem uma educação mais liberal e têm mais contatos com a sociedade. Os recém-chegados não terão apenas de estudar, mas também de pesquisar e inovar, terão também mais responsabilidades do que antes.

⁷ Cfr. Arnold Van Gennep. (n.d.).

Mantendo a autonomia e o trabalho independente, os estudantes deverão igualmente aprender a colaborar uns com os outros e resolver problemas cooperando. Isso implica que se transformem de alunos pré-universitários em alunos universitários. Esta transformação não será efetuada automaticamente, mas por intermédio de um processo contrário, gradual. A praxe contribui, de algum modo, para essa "metamorfose". Através dela, o aluno recém-chegado ao ensino superior vai sendo reconhecido pelos outros como "estudante universitário" e não mais como "estudante pré-universitário".

Os promotores das praxes desafiam os caloiros a abraçarem uma vida nova, uma vez que uma grande percentagem dos mesmos deixou a sua residência e a sua terra natal, para se instalar numa cidade diferente onde se encontra a instituição de ensino superior. Suportando o peso da bagagem, os caloiros devem responsabilizar-se por si, isto é, transformam-se para uma nova fase da vida. O sentido da praxe consiste, basicamente, em contribuir para transformar um "adolescente" num "adulto", ou seja, assenta num ritual iniciático de passagem entre um estado e outro, que marca a pertença a um determinado "corpo social" – os estudantes do ensino superior, neste caso.

Todavia, pode criticar-se que não somente os rituais de praxe são muito diversos, mas também que quem os põe em prática não percebe o seu significado essencial, limitando-se a mimetizar comportamentos que observou noutros.

1.3. Dimensão institucional

A praxe académica realiza-se através de diversas atividades nas quais se envolvem várias associações e instituições: as Tunas, as diferentes equipas desportivas que representam as instituições de ensino superior nas competições nacionais, as Associações Académicas de Estudantes, a Federação Académica, o Conselho de Viriato, o Teatro da Academia, etc.

É nela, a maior parte das vezes, que os novos alunos dos diferentes cursos se conhecem, que travam conhecimento com os alunos mais velhos, gerando espaços de convívio e partilha de experiências, tão importantes para o amadurecimento e

complemento da formação curricular de cada um. Nesse sentido, pode dizer-se que a praxe ou, melhor, as instituições e associações que a veiculam, criam oportunidades de satisfação da necessidade dos alunos se integrarem mais plenamente na vida académica. Assim, no nosso entender, a praxe académica possui também uma dimensão institucional, na medida em que é através de uma série de organizações e instituições ligadas ao movimento académico e social dos estudantes que deixa de ser um conceito geral e abstrato e se concretiza em atividades e experiências diversas.

2. Breve história

2.1. Origens

A praxe académica remonta ao século XIV, no ensino universitário. De facto, de acordo com a história da Universidade de Coimbra⁸, ela surgiu naquela instituição, uma das mais antigas da Europa, em 1308. Nessa altura, existiam alguns alunos que não respeitaram as regras e as horas do estudo decretadas por D. Dinis, ao tempo Rei de Portugal. Para os sancionar, foi constituída uma espécie de polícia universitária sob a tutela das autoridades universitárias, denominada Archeiros, que possuía uma hierarquia própria e uma jurisdição especial no campus universitário. A sua função era zelar pela ordem no campus e fazer cumprir as horas de estudo e o recolher obrigatório de alunos e professores, sob pena de prisão. Também tinha a incumbência de evitar a entrada na universidade dos habitantes da cidade que não fossem estudantes ou professores. Criou-se, inclusivamente, uma prisão académica para encarcerar todos quantos não cumprissem as ordens do monarca. Nesta altura, é óbvio que a praxe (de facto, ainda não se utilizava essa designação) era uma “agência” responsável por manter a ordem e a segurança na instituição e por assegurar o funcionamento das aulas, que tinha como principal objetivo mostrar o prestígio da casa real (a Universidade de Coimbra foi fundada por ordem de D. Dinis e as regras escolares foram também decretadas por ele).

Não é difícil inferirmos os possíveis motivos do surgimento da praxe e da sua

⁸ Estanque, Elísio Guerreiro do (2016) *Praxe e tradições académicas/Elísio Estanque*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp. 15-28.

localização. Como "acessório" do ensino superior, a praxe académica tem uma relação íntima com o estabelecimento da Universidade de Coimbra, onde se originou.

A história da Universidade remonta ao ano 1290. Muito brevemente, pode dizer-se que foi criada pelo rei D. Dinis e depressa obteve a confirmação do Papa. O rei, para além de ser um amante da cultura, da arte e da literatura, foi ele próprio um poeta notabilíssimo e um dos maiores e mais fecundos trovadores do seu tempo. Durante o seu reinado, Lisboa foi conhecida como um dos centros de cultura europeus. Como consequência, a primeira universidade foi fundada pela carta régia *Scientiae thesaurus mirabilis* em 1290 e inicialmente instalada na zona do atual Largo do Carmo, em Lisboa. Relata o já referido Frias (2003) que:

A Universidade de Coimbra, ou mais precisamente o Studium Generale (Estudo Geral), foi “fundada” no dia 1 de Março de 1290, em Lisboa, pelo rei D. Dinis. Até 1911, na Primeira República, permanece a única Universidade, com excepção para a de Évora, cuja existência decorre entre 1557 e 1759. Será por diversas vezes transferida para Lisboa (...) ⁹

Aí se ensinava as disciplinas modernas. Foi transferida para Coimbra, para o Paço Real da Alcáçova, em 1308, ano em que surgiu a praxe. Continuando com Frias (2003):

(...) de 1308 a 1338 e de 1354 a 1377 tem a sua sede em Coimbra, onde vem a ser definitivamente instalada em 1537 por vontade de D. João III, que a sujeita a uma profunda reforma sob a influência do Humanismo. É constituída por quatro faculdades: Teologia, Cânones, Leis e Medicina, segundo a ordem hierárquica estabelecida. As alterações de envergadura em matéria de pedagogia e de arquitectura, introduzidas pelo Marquês de Pombal nos *Statuts* de 1772, inspiram-se nas ideias racionalistas das Luzes. ¹⁰

Enfim, podemos imaginar que o rei criou a Universidade não só para expressão da sua glória, mas também porque, através da investigação literária e cultural, aprofundara o seu entendimento da importância da educação.

Hoje em dia fala-se muito da disseminação da educação, da divulgação da

⁹ Cfr pp. 81-82.

¹⁰ Cfr. *Idem*, p 82.

cultura. Pois o sábio governante assumiu medidas, incluindo a criação desta universidade, para promover a educação e desenvolver intelectuais sete séculos atrás. Como primeiro (e por longo tempo único) lugar de educação superior em Portugal, o rei prestou-lhe bastante atenção e colaborou na administração da Universidade. Assim, naquele momento a Universidade estava sob o controle régio e observava regras rigorosas. Os já mencionados Archeiros foram criados para realizar a gestão da Universidade com um poder jurídico próprio, muito diferente da guarda normalmente entendida. Tendo o poder de avisar as pessoas que cometiam erros, os Archeiros também tinham a jurisdição de os levar à prisão. Por outras palavras, os membros dos Archeiros não eram somente supervisores, eram executores da lei. O privilégio dado pela autoridade universitária iniciou e determinou uma especial posição e superior dos Archeiros, nomeadamente a praxe no meio académico, cujo percurso é descrito de seguida.

2.2. Evolução

Com o decorrer do tempo, esta polícia universitária foi abolida, mas parte dela foi absorvida pela comunidade estudantil. Desta maneira, a tarefa dos Archeiros foi herdada pelos estudantes mais velhos que se organizaram em trupes, responsáveis pelo patrulhar das ruas em busca de infratores. Uma vez que os apanhassem, penalizavam-nos com uma rapadura (consiste em rapar o cabelo) ou sanção de unhas. Estas ações foram várias vezes proibidas por causa de contestações. Castel` Branco (2000) resume a transformação deste modo

A história da Praxe remonta ao século XIV, praticada na altura pelos clérigos monásticos, mas o seu contexto mais conhecido aparece no século XVI sob o nome de "Investidas". A Praxe, à época, era na realidade bastante dura para com os caloiros, o que a levou a ser considerada de "selvagem" pela opinião popular nos finais do século XIX. Felizmente, os "actos selvagens" praticados na altura, e que não será de bom tom nomeá-los aqui, foram abolidos e a Praxe actual tem um contexto muito mais abrangente.¹¹

¹¹ Castel` Branco, Heitor (2000). "Praxe académica - uma tradição" in *Millenium on-line* nº 20 http://www.ipv.pt/millenium/20_va13.htm.

No século XVI, as ações brutais no campus tornaram-se ainda mais notáveis com o surgimento das chamadas "Investidas", que abrange a tourada, a picaria, os insultos, a caçoada e o canelão, o que conduziu à instabilidade da universidade.

No século XVIII deu-se uma viragem. Lê-se na breve história da Praxe de Coimbra, feita com base no livro de Alberto Sousa Lamy *A Academia de Coimbra 1537-1990* e apresentada no blogue «Tesoural Tertúlia: A Irmandade das Sombras», que os novatos eram recebidos em Coimbra "com touradas, insultos, picaria, patente (outro nome para roubo, que hoje se continua a praticar) e troças"¹². No relatório *As Praxes Académicas em Portugal*, elaborado pela Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República em abril de 2008, recorda-se que, segundo o historiador Teófilo Braga, "enquanto o estudante vivia em Coimbra, envolvido ou exposto às violentas investidas, tinha de andar armado até aos dentes" (p. 4). Nesse mesmo resumo histórico se assinala também que, quando morreu um estudante, D. João V foi informado e logo anunciou proibir as investidas feitas pelos veteranos. Para além disso, diz-se que "[n]o início do séc. XIX o termo Praxe ainda não existia. O termo utilizado era a "caçoada" e era já bastante mais suave que a "investida" do séc. XVIII. As caçoadas incluíam mais o insulto, a tourada ou a "picaria"."¹³

O ressurgimento das investidas no século XIX deu lugar a casos de violência, o que conduziu à repugnância e oposição social. Durante estas práticas, os caloiros eram obrigados a cantar e dançar e, entre outras novidades, surgiu o canelão (prática que consistia em estudantes mais velhos darem pontapés nas canelas dos novos alunos) e a rapadura. Por fim, assinala-se ainda que na segunda metade do século XIX surgiu a "troça", cujas diferenças em relação à "caçoada" eram muito poucas e que "consistia em manter o caloiro no meio de uma roda, fazê-lo cantar e dançar, gozar com ele, cortar-lhe o cabelo e outras brincadeiras mais ou menos inofensivas" e, um pouco mais tarde, a "trupe", que saiu do âmbito académico e pôs fim às rondas da polícia académica.¹⁴

Neste contexto, a palavra "praxe" surgiu pela primeira vez na forma escrita em 1863, encontrando-se novamente em 1872. Ela era associada ao adjetivo "selvático" o que mostra a opinião da população em relação a tais práticas. A praxe foi considerada

¹² <http://irmandadedassombras.blogspot.pt/2008/04/breve-historia-da-praxe-de-coimbra.html>.

¹³ Cfr. *Ibidem*.

¹⁴ Cfr. *Ibidem*.

uma ação "selvagem" até finais do século XIX.

Como relembra o sociólogo João Mineiro – autor, juntamente com o realizador Bruno Moraes Cabral, do livro *Desobedecer à Praxe* (Deriva, 2015) – no artigo "Praxe académica: uma história longa e uma oportunidade única" publicado no jornal *Público*:

Estes rituais bárbaros, chamados de "praxe" na segunda metade do século XIX, haviam de suscitar enorme agitação nas universidades e na sociedade ao longo de todo o século XX. A abolição do canelão em 1902 chamou a atenção de republicanos e progressistas que, já depois da instauração da República, aboliram também a praxe académica. A praxe voltará a ser reposta em 1919 e nas décadas seguintes há de ser recuperada como símbolo da academia e do seu conservadorismo durante o Estado Novo.¹⁵

Após algumas interrupções, entre as quais a mais notável foi a de 1910 a 1919 devido à oposição dos estudantes, a praxe sofreu uma evolução no século XX, com a publicação em Coimbra do «I Código da Praxe Académica» (1957). Ficou a partir daí regulamentada e, pouco depois, o código foi também aplicado no Porto pelos seus estudantes. Vale a pena lembrar que, durante o século XX, Portugal esteve imerso em problemas internos e externos, no contexto do Salazarismo e da Guerra Colonial. Nesse período, a praxe esteve sempre proibida.

Por volta da década de 1980, a praxe foi começando a ser reintroduzida no meio académico. Exemplos disso foram a Faculdade de Belas-Artes e a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Tal ocorreu no âmbito de um processo de massificação do ensino superior e de abertura de novas universidades, nomeadamente privadas. Recorrendo, de novo, às palavras de João Mineiro no suprarreferido artigo no *Público*:

A praxe como a conhecemos regressa nos anos 80, na sequência do fim do luto académico em Coimbra e do resfriamento da atividade política nos meios estudantis, acompanhando o projeto de reorganização da universidade portuguesa que começa com a abertura do sistema aos privados e com as primeiras intenções de mercantilização do ensino. É

15 Mineiro, João (2016), "Praxe académica: uma história longa e uma oportunidade única", in *Público* 18/02/2016. Artigo disponível em <https://www.publico.pt/2016/02/18/sociedade/noticia/praxe-academica-uma-historia-longa-e-uma-oportunidade-unica-1723619>

depois desta década que a praxe se expande ao conjunto do país e a muitas universidades onde nunca constituiu qualquer "tradição".¹⁶

A relativa desvalorização social dos títulos académicos e a necessidade de legitimação de novas instituições foram dois fatores que bastante contribuíram para o ressurgimento deste fenómeno. A contradição entre organizadores da praxe académica e poderes opostos culminou na década de 1990. Como assinala ainda o dito autor, "o crescimento do movimento praxista desde os anos 90 teve como natural consequência a proliferação de inúmeros casos de violência".¹⁷ Como consequência, surgiram movimentos organizados por oponentes, movimentos anti-praxe, tais como o *Movimento Anti "Tradição Académica"* (MATA) e o *Antípodas*. A implantação dos movimentos anti-praxe ofereceu uma ocasião para as duas partes se juntarem e encararem a contradição diretamente.

No século XXI, a situação tornou-se mais complicada. Em 2000, um filme, cujo tema versa sobre o encerramento da Universidade de Coimbra, foi lançado e de imediato criticado e contrariado pelo Conselho de Veteranos daquela academia. Em 2003, o MATA, o Antípodas e a República das Marias do Loureiro, de Coimbra, juntaram-se para elaborar um manifesto anti-praxe. Em 2008 e 2009, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, enviou uma carta a todas as universidades e institutos politécnicos onde revelava e criticava as ações de violência. Em 2012, algumas reportagens acerca de abusos na praxe voltaram a ser expostas ao público. A praxe académica continua, pois, a passar por transformações, sendo impossível antever como será no futuro.

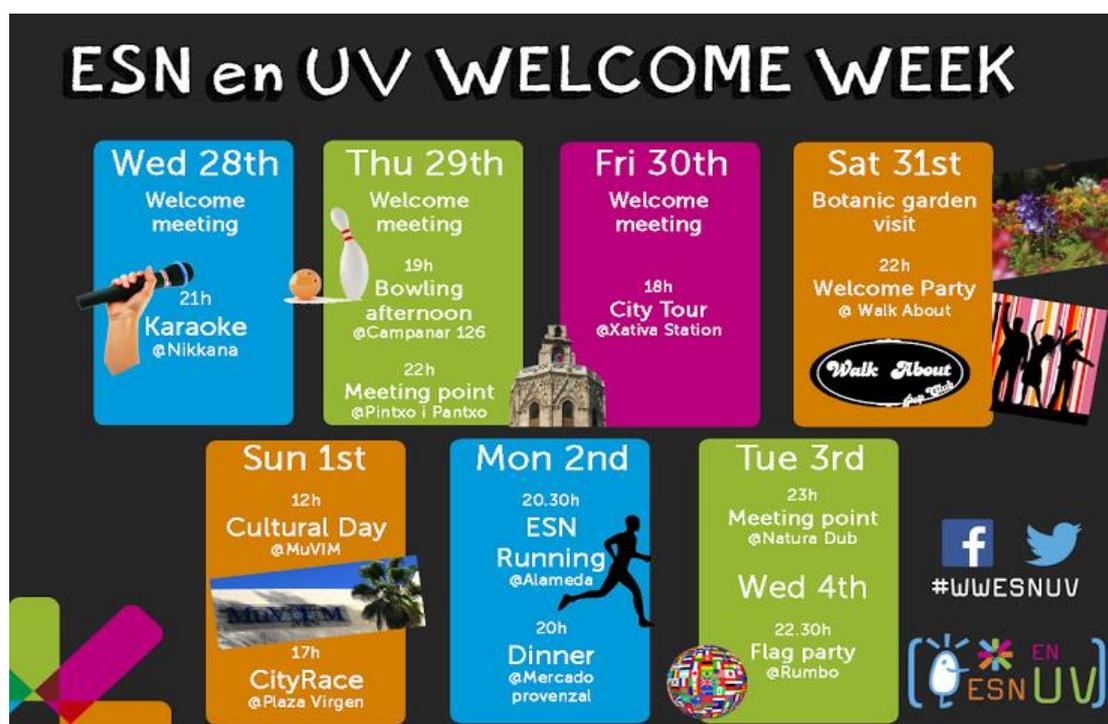
¹⁶ *Ibidem.*

¹⁷ *Ibidem*

3. Na actualidade

3.1. Inglaterra e Estados Unidos da América

Figura 1 - Programa da Welcome Week



Fonte: <http://www.esnuv.es/news/welcome-week-summary-activities>

A receção de novos alunos do ensino superior noutros países apresenta várias formas. Apenas a título de exemplo, os caloiros das universidades inglesas são convidados a participar nas atividades da chamada *Welcome Week*, cujo objetivo é dar-lhes as boas-vindas e facilitar-lhes a integração. Durante esse período, as escolas ou as associações de estudantes oferecem aos caloiros diversas atividades como sejam o futebol americano, o basquetebol, o beisebol ou o montanhismo. Para além disso, os clubes escolares estão preparados para recrutar novos membros entre os recém-chegados e criar um clima de camaradagem através de atividades culturais como leitura de clássicos e poesia. Na Universidade de York há o costume dos caloiros serem guiados, nos primeiros dias, por um professor responsável para conhecerem a cultura e história da instituição, a chamada *Ghost Walk*.

Um outro exemplo é o do ensino superior norte-americano. Para além de se organizar o *Welcome Party* entre diversas atividades sociais, os pais dos caloiros são

convidados a visitar a universidade juntamente com os filhos, para se familiarizarem com a vida nos *campi* e melhorarem as relações intergeracionais.

A *Welcome Week*, mais do que uma formalidade ou rotina, tem como objetivo principal cultivar uma atitude positiva face à vida académica.

3.2. Portugal

A praxe académica em Portugal assemelha-se à *Welcome Week* na Inglaterra e nos Estados Unidos: é uma forma de receção dos novos alunos. Por intermédio das atividades já descritas, a praxe académica visa a integração e adaptação dos novos alunos. Por outro lado, o processo de receção em Portugal apresenta uma característica especial: apresenta evidentes parecenças com um treino militar, uma vez que os alunos que participam na praxe obedecem a instruções rigorosas e vozes de comando emitidas por veteranos. Estes últimos detêm o privilégio de impor ordem, sobretudo nesse período, algo que favorece abusos de poder.

Já no ensino básico se observam manifestações precoces de praxe, comumente por recurso à utilização de marcadores para riscar a cara ou os braços dos caloiros ou produtos outros, como farinha e ovos. Elas persistem no secundário onde marcadores para praxar os caloiros, assim como ovos podres, farinha, azeite, vinagre, etc. continuam a ser usados. As novidades aí, contudo, são a confeção de *sprays* (mal cheirosos, ou simplesmente asquerosos), para borrifar os caloiros. Em algumas escolas secundárias, existe a tradição da "coroa", na qual um aluno mais velho corta o cabelo dos caloiros no topo da cabeça, assemelhando-se à clássica imagem dum monge.¹⁸

No ensino superior, a praxe é na atualidade uma realidade complexa e sob o escrutínio da opinião pública, muito por causa de notícias surgidas nos meios de comunicação relatando episódios de violência, suspensões das suas atividades e condenações judiciais de praxistas e universidades onde estudam.

Em Portugal, as praxes violentas, como o célebre "canelão" coimbrão (os mais velhos davam pontapés nas canelas dos recém-chegados à cidade dos estudantes), podem ser rastreadas a partir do século XVII na Universidade de Coimbra. Relembra

¹⁸ Wikipédia. Praxe[J/OL]. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Praxe>, 16-06-2016.

a esse propósito Andreia Sanches que "[n]ão se fala, então, de "praxe", antes de "investida". E esta podia incluir "insultos", "troças" ou castigos, como obrigar o jovem aluno a prestar serviços aos mais velhos (limpando-lhes os sapatos, por exemplo)".¹⁹

No decorrer do tempo, alguns elementos negativos foram mantidos na execução da prática escolar, enquanto outros evoluíram com a mudança social. A praxe académica tem sido marcada por diferentes períodos, na sociedade portuguesa. Hoje em dia, com o escrutínio dos meios de comunicação e supervisão dos respetivos estabelecimentos de ensino, a praxe tem vindo a receber crescente atenção pública, sendo encorajada a seguir um caminho justo, apesar de continuarem a registar-se casos de violência.

3.2.1. O lado negro da praxe: casos de violência mediáticos

Verificaram-se na última década e meia vários casos de violência durante as praxes académicas que conduziram a ferimentos físicos e psicológicos. Um deles teve lugar em 2001. Diogo Macedo, aluno da Universidade Lusíada, era estudante do 4.º ano de Arquitetura mas continuava na condição de caloiro na Tuna onde era alvo frequente de praxes. Numa noite que se revelou fatídica, disse à mãe que "ia resolver uns problemas na Tuna". De facto, tinha decidido abandonar a Tuna. Era dia de ensaio e os rituais da praxe foram mais violentos do que o habitual. O jovem acabou por ser levado para o Hospital de Famalicão, onde veio a falecer uma semana depois. O relatório da autópsia revelou que a causa da morte foi a "fractura da primeira vértebra cervical, arco posterior, com hematoma extenso no cerebelo direito". Na peça publicada no *Público* a 25 de maio deste ano, a recordar essa tragédia ocorrida há 15 anos, lê-se: "Há factos evidentes, um tribunal concluiu que a morte se deveu a agressões em praxe. Estavam lá dez pessoas e ninguém sabe o que aconteceu."²⁰ Noutro artigo publicado dois dias antes, a propósito desse mesmo caso, o mesmo periódico recorda que ainda não fora descoberto o responsável pela morte de Diogo

¹⁹ SANCHES, A. (25/01/2014). "Praxe, polémica e violência, uma história com séculos" in *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/praxe-polemica-e-violencia-uma-historia-com-seculos-1621112>.
²⁰ DIAS, P. S. (25/05/2016). "Mataram Diogo numa praxe e o pacto de silêncio ainda cala a verdade" in *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/mataram-diogo-em-praxe-e-pacto-de-silencio-ainda-cala-a-verdade-em-tribunal-anos-depois-1733027>.

Macedo:

Saiu de casa dizendo que iria resolver a sua vida na tuna e nunca mais voltou. Apesar de estar no quarto ano, continuava caloiro na tuna. Agressões durante a praxe ditaram-lhe o destino, concluiu um juiz num processo cível, conclusão que em 2013 o Supremo Tribunal de Justiça confirmou. Mas os culpados diretos nunca foram julgados. Por falta de provas, o processo-crime acabou arquivado. Três anos de investigação sucumbiram a um muro de silêncio imposto na tuna.²¹

Outro caso idêntico, em 2012, foi noticiado pelo mesmo jornal²², desta vez numa praxe no Instituto Politécnico de Beja (IPB). Uma jovem estudante ficou inanimada depois de ter participado em atividades de praxe, tendo dado entrada no serviço de urgência do Hospital José Joaquim Fernandes, em Beja. A vítima, segundo os veteranos que a praxaram, não executou qualquer tipo de esforço físico ou foi sujeita a qualquer pressão psicológica. No decorrer da atividade, a jovem sentiu-se mal quando "apenas estava a cantar com os restantes colegas". Porém, esse não parece ter sido o primeiro acidente desse tipo. Alguns estudantes contaram ao *Público* que as atividades físicas na praxe da Escola Superior Agrária de Beja deixavam "os caloiros em estado de grande exaustão". Jornalistas do próprio jornal puderam assistir a uma dessas praxes. Na mata municipal perto da ESTIG, um jovem foi obrigado a fazer flexões com as pontas dos pés e as mãos apoiadas em tijolos, rodeado de veteranos e veteranas que o visavam com impropérios ofensivos. Quando terminou o "exercício", estava completamente exausto e alagado em suor e com dificuldade em aguentar-se de pé.

Mas se os atos de violência física são cruéis, igualmente insuportáveis poderão ser aqueles que provocam danos psicológicos, eventualmente traumatizantes para o resto da vida. Veja-se, a título de exemplo, o *Manual Bocageano: Código de Praxe da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal* (que pertence ao Instituto Politécnico de Setúbal)²³, onde se ameaçam os caloiros que recusem a praxe de não poderem usar o traje ou sequer participarem no jantar de curso. Outro exemplo terá ocorrido em

²¹ Dias, P.S. (23/05/2016). "Mãe que perdeu filho nas praxes vai a tribunal e invoca direito à "revolta" in *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/mae-julgada-por-nomear-assassinios-do-filho-defendese-com-direito-a-revolta-1732650>. Notícia de 28 de setembro de 2012.

²² Dias, C. (2012). "Caloira acaba no hospital de Beja depois de praxe" in *Público*, 2012-09-28(2).

²³ Escola Superior de Tecnologia de Setúbal (2012). *Manual Bocageano: Código de Praxe*.

novembro de 2003, com a "praxe sexual" ocorrida no Instituto Superior de Ciências Policiais que, segundo noticiado, instituiu a obrigação dos caloiros lambereem *chantilly* num pénis de borracha aplicado num manequim. Uma das vítimas declarou à imprensa: "estive duas noites sem dormir e nunca fui tão humilhado".²⁴

Mais recentemente, a 15 de dezembro de 2013, seis estudantes em trajés académicos perderam a vida arrastados por uma onda na praia, tendo apenas sobrevivido o *Dux*²⁵ que os acompanhava. Para o juiz que analisou o caso, ficou claro que os jovens "gostavam da praxe" e foram passar o fim-de-semana em Aiana de Cima "porque quiseram". Sobre o caso, pôde ler-se no *Diário de Notícias* que: o "juiz de instrução de Setúbal decidiu arquivar o processo da morte dos seis jovens e não leva o único sobrevivente, João Gouveia, a julgamento", por não encontrar crime nas seis mortes.²⁶

3.2.2. Uma tendência mais recente: casos em tribunal

Para além da exposição à opinião pública, os casos de praxes que envolveram atos de violência física e psicológica e, em particular, aqueles que tiveram desfechos trágicos acabaram nos tribunais, onde se pediu a responsabilização das instituições de ensino superior em que tais fatalidades aconteceram.

Isso levou a que as instituições visadas tomassem medidas para o seu controlo, nomeadamente suspendendo todas as atividades de praxe. O primeiro exemplo ocorreu em maio de 2003, quando um grupo de estudantes do Instituto Piaget de Macedo de Cavaleiros denunciou ter sido agredido durante um "tribunal de praxe". Os estudantes agredidos chegaram a ameaçar fazer queixa na polícia, mas acabaram por não avançar. Perante a situação, o Presidente do Instituto suspendeu os 25 estudantes que organizaram o dito "tribunal", durante 15 dias, e anunciou a suspensão das praxes "por tempo indeterminado" ou pelo menos "até à elaboração do código de praxes com base na Carta de Princípios".²⁷

Outro episódio ocorreu no Porto, em outubro de 2006, quando uma estudante

²⁴ Marques, R. (2003). "Polícias sujeitos a praxe sexual" in *Correio da Manhã*, 2003/11/22(1).

²⁵ *Dux Veteranorum* é o expoente máximo da praxe académica, sendo o presidente do Conselho de Veteranos.

²⁶ Dors, R. (04/03/2015). "Tribunal não encontra crime nas seis mortes do Meco" in *Diário de Notícias*. Disponível em www.dn.pt/portugal/interior/tribunal-nao-encontra-crime-nas-seis-mortes-do-meco--4434089.html.

²⁷ Coelho, Eduardo Prado *et al.* (2003). *Manifesto antipraxe*. Portal de Educação.

apresentou queixa na Polícia de Segurança Pública (PSP) por uma agressão feita por um grupo de estudantes e uma ameaça de agressão por parte de dois outros, recorrendo a uma colher de pau de grandes dimensões. Num caso similar posteriormente ocorrido, a reitoria da Universidade de Aveiro acabou por interditar as praxes no interior do campus, na tentativa de impedir mais excessos como os que obrigaram à hospitalização de uma aluna, lançando mesmo um ultimato: ou se regulamentavam as praxes ou seriam simplesmente proibidas.²⁸

As situações mais graves evoluem normalmente para litígio judicial. Contrariamente ao que se possa pensar, nem sempre acabam em tribunal casos como o de novembro de 1999, da aluna da Escola Superior de Educação de Leiria que declarou ter sido vítima de agressões físicas e humilhações durante as praxes.²⁹

Com efeito, o primeiro julgamento em Portugal por violências ocorridas na praxe só aconteceu em março de 2003, no Tribunal da Relação de Évora, onde seis jovens foram acusados (e condenados) de co-autoria de um crime de ofensas à integridade física qualificada na Escola Agrária de Santarém. Ana Francisco, a vítima, foi barrada com excrementos de porco na face, pescoço, peito e cabelos, e obrigada a fazer o pino sobre um bacio cheio de bosta durante uma atividade organizada por veteranos, por ter atendido uma chamada telefónica da mãe. O julgamento terminou com multas entre os 640 e 1600 euros (5.900 e 14.760 RMB) como pena.

(os factos) demonstram, de forma óbvia, um motivo torpe ou fútil na motivação da actuação dos arguidos, o qual, avaliado segundo concepções éticas e morais da comunidade, deve ser considerado repulsivo, baixo, gratuito, de modo que o facto surge como produto de um profundo desprezo pelo valor da vida humana» denunciam os magistrados.³⁰

No caso apresentado, os acusados foram responsabilizados pela ação de humilhação e condenados ao pagamento de multas. Mas vale notar que a Faculdade (ou Escola) também foi considerada responsável por ter ocultado às autoridades da Universidade as ocorrências no decurso da praxe académica, especialmente a impunidade do verdadeiro ofensor.

O caso mais flagrante será, por ventura, o de Diogo Macedo, apresentado atrás,

²⁸ Assembleia da República, Comissão de Educação e Ciência (2008). *As Praxes Académicas em Portugal*.

²⁹ *Idem*.

³⁰ Serôdio, A. (2009). "Relação de Évora condena praxes violentas" in *Jornal de Notícias*, 2009-08-04(1).

que morreu na sequência de violência exercida durante a praxe, sem se ter descoberto o culpado. Nesse caso, a Universidade Lusíada, de Vila Nova de Famalicão, foi condenada por omissão de ação. O tribunal de Famalicão determinou o pagamento à família, por parte da Lusíada, de uma indemnização de 90 mil euros (830.430 RMB) em 2009, tendo considerado, no essencial, que a instituição de ensino não fez tudo o que podia no controlo das praxes violentas. A propósito deste julgamento, o *Movimento Anti-Tradição Académica* afirmou que a decisão da justiça revelara uma "tendência crescente de responsabilização das faculdades."³¹

O caso do Diogo Macedo não foi o primeiro que obrigou uma faculdade a defender-se em tribunal pela sua negligência e conivência com as violências exercidas durante a praxe. O precedente teve lugar em agosto de 2006, quando o Instituto Piaget de Macedo de Cavaleiros foi condenado ao pagamento de 70 mil euros (645.890 RMB) pelos "danos morais e patrimoniais" decorrentes do caso que acontecera em janeiro de 2003, quando Ana Sofia Damião denunciou publicamente as agressões de que terá sido alvo durante as praxes do início do ano letivo, em que foi obrigada a despir-se e a vestir-se novamente, forçada a simular orgasmos, a relatar pormenores da sua vida sexual e a simular relações sexuais com colegas.³²

4. Opositores

4.1. O fenómeno anti-praxe

Na história da praxe académica sempre se verificaram manifestações contra a sua existência, o chamado "fenómeno anti-praxe". Não se conhece bem a sua origem exata mas a respetiva proibição emitida pelo Rei D. João no século XVIII, na sequência da morte de um estudante, pode muito bem ter sido o embrião da oposição às atividades de praxe universitária. Sabe-se igualmente que, mais de um século depois, em 1902, um grupo de anti-praxistas liderados por um José de Arruela conseguiu acabar com o supra mencionado canelão coimbrão. Atribui-se, aliás, a Teófilo Braga, que viria a ser Presidente da República, a afirmação de que "enquanto

³¹ Sanches, A. (2009). "Condenação da Universidade Lusíada leva MATA a pedir reflexão sobre praxes" in *Público*, 2009-09-27(2).

³² Assembleia da República, Comissão de Educação e Ciência (2008). *As Praxes Académicas em Portugal*.

o estudante vivia em Coimbra, envolvido ou exposto às sangrentas investidas, tinha de andar armado até aos dentes".³³

No ano seguinte, em 1903, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão assinaram, em conjunto com outros estudantes, um "manifesto anti-praxe". Mais perto do nosso tempo, na década de 1990, o fenómeno recrudescer com o surgimento do MATA e do Antípodas, dois dos movimentos anti-praxes mais combativos. Para além deles, surgiram também em Coimbra e Aveiro brigadas anti-praxe e novos manifestos contestando-a.

4.1.1. O MATA e o Antípodas

O *Movimento Anti "Tradição Académica"* (MATA) e o *Antípodas* iniciaram uma contestação acerca de praxe académica pois, segundo palavras do primeiro:

a luta contra a praxe não é para nós um fim, por si só. (...) gostávamos de encontrar nas faculdades mais espaços de discussão sobre o que aí se passa e o que se passa no mundo, sobre aquilo que interessa às pessoas que nelas vivem várias horas dos seus dias. Em vez de organizar praxes, preferimos organizar actividades em que todos se sintam iguais com as suas diferenças e onde possamos criar objectos que reforcem o nosso desejo de mudar as nossas formas de estudar, de nos divertir e de viver.³⁴

O MATA, como os seus próprios promotores declararam, não "mata" coisa nenhuma. O movimento representa o desejo de expressão daqueles que sofreram com a praxe, através da intervenção junto da opinião pública. Tomando o caso da Ana Sofia, apresentado anteriormente, no final deste caso, agressores e agredida foram sancionados, por igual, com uma repreensão escrita. O MATA repudiou a repreensão escrita aplicada pelo Instituto Piaget de Macedo de Cavaleiros à aluna que se queixou de ter sido violentada durante a praxe, afirmando que "a mensagem que [o Instituto] passa é a de que não só não vale a pena reclamar, como ainda se torna perigoso fazê-lo"³⁵.

³³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Praxe_acad%C3%A9mica#Contesta.C3.A7.C3.A3o.

³⁴ Apud Wikipédia [J/OL]. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Praxe>, 12-06-2016.

³⁵ Público, 30 de Janeiro de 2013.

O Antípodas – termo que na Europa designa tradicionalmente as regiões situadas do lado oposto da Terra ou, por generalização, coisas contrárias – tem por objetivo a "realização de uma recepção não hierárquica, baseada em relações de camaradagem de igual para igual e que encoraje a criatividade e o espírito crítico", mantendo-se, por isso, em contestação à praxe académica habitualmente praticada.³⁶

Tanto o MATA como o Antípodas se dedicam à contestação da ação violenta e à criação de uma nova forma de receção e integração dos alunos. Os dois movimentos desafiaram a prevalência da praxe e dividiram aqueles que foram ou se sentiram vítimas da praxe e aqueles que com ela simpatizam.

Num certo sentido, o surgimento de movimentos anti-praxe pode ser um progresso que desempenha um papel de "freio e contrapeso" à praxe. Entretanto, a formação de dois extremos não é favorável à boa convivência académica, sendo necessário descobrir um modo de reconciliar ambas as fações.

4.1.2. Manifesto Anti-praxe

Apesar de intervirem sobretudo através da produção de comentários e contestações na esfera pública, estes movimentos foram também promotores de manifestos anti-praxe. Em 2003, o MATA (Lisboa), o Antípodas (Porto) e a República das Marias do Loureiro (Coimbra), juntaram-se para elaborar um manifesto anti-praxe com o objetivo de promover a discussão social sobre a praxe académica em Coimbra, lugar original dessa tradição. Várias personalidades públicas foram envolvidas na sua elaboração, entre as quais o conhecido crítico literário Eduardo Prado Coelho, que afirmou que "qualquer tipo de praxe pressupõe uma coação, hierarquização e o medo e nós contestamos isso".³⁷

Um extrato desse manifesto, contra o cinzentismo da praxe, permitirá perceber o seu espírito e substância:

Porque vemos na praxe uma prática que atenta contra os mais elementares direitos humanos, nomeadamente a liberdade, a igualdade, a integridade física e psicológica e a livre expressão da individualidade, ao mesmo tempo que exalta os valores mais reaccionários da nossa sociedade. (...)

³⁶ Wikipédia [J/OL]. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Praxe>, 12-06-2016.

³⁷ Coelho, Eduardo Prado *et. al* (2003). *Manifesto antipraxe*. Portal de Educação.

Porque acreditamos que a tradição nunca poderá ser um entrave à mudança e, muito menos, poderá alguma vez legitimar um comportamento inaceitável em qualquer sociedade. (...) Defendemos que a recepção aos/às novos alunos/as, sempre que se justifique a sua existência, se deve basear em relações de igualdade. (...) Exercemos desta forma o nosso direito à indignação. Como parte da sociedade civil pensamos que o que se passa no interior das faculdades diz respeito a todos/as. Logo, jamais poderemos fechar os olhos à triste realidade das "tradições académicas". E juntamos a nossa voz à voz de todos e todas que lutam diariamente contra o cinzentismo da praxe e se batem por uma faculdade crítica, aberta e democrática!³⁸

4.2. Intervenção da tutela

4.2.1. As cartas do Ministro do MCTES

A carta enviada pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, a todas as universidades e institutos em 2008 foi uma importante chamada de atenção sobre a importância da questão. Afirmou o governante: "a degradação física e psicológica dos mais novos como rito de iniciação é uma afronta aos valores da própria educação e à razão de ser das instituições de ensino superior e deve pois ser eficazmente combatida por todos"³⁹.

O mesmo alto dignitário voltou, em 2009, a escrever cartas dirigidas às academias, onde condenou veementemente "práticas de humilhação e de agressão física e psicológica de índole manifestamente fascista e boçal, indignas de uma sociedade civilizada e inconcebíveis em instituições de educação".⁴⁰

³⁸ <http://www.esquerda.net/dossier/o-manifesto-anti-praxe-de-2003/31290>.

³⁹ Público, 2 de fevereiro de 2014.

⁴⁰ Wikipédia[J/OL]. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Praxe>, 28-06-2016.

4.2.2. O relatório da Comissão de Educação e Ciência

No mesmo ano em que o Ministro enviou a carta, a Comissão de Educação e Ciência, organismo da Assembleia da República portuguesa, elaborou e publicou o relatório *As Praxes Académicas em Portugal* (2008). O relatório contém uma análise e reflexão completa e objetiva a respeito da praxe. Dividido em duas partes, que são respetivamente o relatório propriamente dito e os documentos anexados, introduz a história, a atualidade e a perspectiva da praxe com base em casos coligidos e avalia, com uma visão estratégica e abrangente, os estudos e as investigações feitos anteriormente. Apoiado nalguns estudos, o relatório também aponta para a falta de uma ideia rigorosa sobre a realidade da praxe em Portugal, "as violências na praxe são uma realidade ainda desconhecida, desvendada apenas por alguns casos que têm vindo a ser conhecidos através dos órgãos de comunicação social".⁴¹ O documento destaca, contudo, o papel integrador da praxe no ensino superior, e dá conta da existência das violências e humilhações, para que "é necessário avançar com propostas concretas que permitam melhor conhecer a realidade, criar mecanismos que quebrem o isolamento e facilitar as denúncias, bem como evitar que as próprias instituições legitimem as práticas de violência praxista".⁴²

4.3. Comentários no espaço público

Poderá também ser relevante tomar em consideração os comentários e opiniões feitos sobre a praxe no espaço público. Descrevem-se em seguida algumas delas, por vezes contrárias, para aprofundar o seu entendimento.

Luís Coelho, líder da associação de estudantes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, garante que "os abusos são punidos no código de praxe"⁴³. Américo Santos, veterano da Universidade do Porto, diz que "a praxe é um ritual de iniciação e convívio". Para Paulo Cabido, veterano de Évora, "rebolar no chão e fazer flexões é uma forma de integração".⁴⁴ Já Raquel Viana, 17 anos, aluna da Universidade de Coimbra, confessa gostar muito da praxe: "É

⁴¹ Assembleia da República, Comissão de Educação e Ciência (2008). *As Praxes Académicas em Portugal*.

⁴² *Idem, ibidem*.

⁴³ Cunha, S. (2009). "Lusíada condenada por morte" in *Correio da Manhã*, 2009-09-26(3).

⁴⁴ *Idem*.

maravilhoso. A praxe promove o espírito de integração dos novos estudantes. Desta forma conheci muito mais gente".⁴⁵ Por seu turno, Daniel Matos, 18 anos, da Universidade de Coimbra, declarou: "Nunca fui humilhado e estou a adorar as praxes. Não me arrependo nada de ter aderido às praxes, pois, em poucos dias, já conheço quase toda a gente do curso. É importante para adquirir o espírito da Universidade".⁴⁶

Para os seus opositores, a praxe tem tido "uma linguagem mais moderada, mesmo dos praxistas, mas os casos de exagero continuam a existir porque são baseados num sistema em que há uma hierarquização e não uma verdadeira integração".⁴⁷ Um outro estudante declarou que "os Doutores podiam dar as boas vindas aos caloiros sem terem que os humilhar (...) hoje em dia, não sabem praxar devidamente, isto é, com civismo, divertimento e sem humilhação".⁴⁸

Talvez a opinião do constitucionalista Jorge Miranda tenha pertinência quando considerou que:

a praxe em si, entendida como uma forma de integração do aluno na escola, não é má (...) O problema é quando acontecem, como têm acontecido nos últimos anos, casos em que as praxes se tornam violentas, contrárias à dignidade da vida humana, usam processos que são contrários à vontade das pessoas, até sob formas pornográficas absolutamente inadmissíveis, em que grupos de estudantes põem em causa direitos liberdades e garantias de outros estudantes.⁴⁹

O assunto "praxe" voltou recentemente a estar na ordem do dia. Desta vez, por meio de uma carta aberta, dirigida a todas as instituições de Ensino Superior em Portugal e assinada por 100 personalidades de vários quadrantes da sociedade. Dizem que há casos de "violência física, psicológica e simbólica" e recomendam que as universidades e politécnicos organizem outras atividades que "configurem uma alternativa lúdica e formativa às iniciativas promovidas pelos grupos e organizações de praxe".⁵⁰ Os subscritores reconhecem que nenhum estudante é formal ou legalmente obrigado a frequentar as atividades de praxe, seja em que faculdade ou escola superior for, no entanto, "a pressão para aderir é muitas vezes muito forte e em

⁴⁵ *Idem.*

⁴⁶ *Idem.*

⁴⁷ Salvado, R. R. (2008). "Ensino superior: brincadeiras da praxe são voluntárias" in *TVI 24*, 2008-09-16(5).

⁴⁸ Politécnico de Viseu (2000). *Acerca da Praxe Académica*.

⁴⁹ Observatório dos Direitos Humanos (2010). *Praxes Académicas*.

⁵⁰ <http://www.comumonline.com/?p=14675>

si mesma uma violência, e a ausência de outros mecanismos integradores é um facto"⁵¹. A carta, com o título *Integração no Ensino Superior: a democracia faz-se de alternativas*, defende que "em democracia, deve haver sempre lugar à escolha, mas só é possível escolher se houver alternativas consistentes".⁵²

5. Inquéritos acerca da Praxe Académica

Em fevereiro de 2006, Artur Cristóvão, docente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), realizou um inquérito anónimo sobre a praxe académica a alunos de duas turmas do primeiro ano - cujo resultado o surpreendeu, assim como à Universidade - que denunciou uma realidade de comportamentos violentos no decorrer da praxe. Entre as denúncias incluiu-se o serem forçados a "simularem posições sexuais em público" ou a "fazer de escravos" dos doutores, tratando da limpeza das suas habitações. As "obrigações" abrangiam até suportar "certas brincadeiras indecentes", "morcões [larvas de insectos] nas meias, nos cabelos e no corpo", "comer alho, cebola e malagueta, rastejar na lama", etc. Cristóvão concluiu que "o sentimento da esmagadora maioria dos alunos que responderam é de que a praxe dura demasiado tempo, é intensa, humilhante, degradante, cansativa, geradora de problemas de saúde e prejudicial para a organização da vida pessoal e do estudo"⁵³, acrescentando que o que é preocupante é aquilo que não se vê. Chocado, o investigador defende haver necessidade "debater com os alunos, informar os caloiros sobre o que é a vida universitária» e ao mesmo tempo «procurar que cada novo aluno tenha um tutor".⁵⁴

Estes resultados seguem na mesma linha de um inquérito realizado pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia (da Universidade de Coimbra), em maio do mesmo ano, que mostrou que 72% dos estudantes considerava que "a praxe deve ser facultativa e respeitar quem não quiser aderir", sendo que 68% dos alunos inquiridos considera dever "repudiar[-se] qualquer forma de violência física ou

⁵¹ *Idem.*

⁵² *Idem.*

⁵³ Pereira, C. (2006). "Relatos de praxes surpreendem universidade transmontana" in *Público*, 2006-02(3).

⁵⁴ *Idem.*

simbólica". Além disso, 52% considera que a praxe académica "deve ser revista, de forma a receber melhor os novos alunos".⁵⁵

Também nós aplicamos um inquérito sobre a praxe académica na Universidade do Minho, a 50 estudantes. Embora se aborde esse assunto em detalhe no terceiro capítulo, antecipamos algumas conclusões.

6. Balanço

Apesar de contestada, a praxe continua a existir no meio académico português e adivinha-se que nele subsistirá no futuro, continuando a ter simpatizantes e inimigos, defensores e detratores.

A praxe faz parte da tradição académica portuguesa e, em alguma medida, da própria cultura portuguesa. Como vimos, a praxe perdura há mais de setecentos anos. Considerando o famoso *dictum* do mestre do Idealismo alemão Georg Friedrich Hegel "Was vernünftig ist, das ist wirklich; und was wirklich ist, das ist vernünftig" ("o que é racional é real e o que é real é racional"), então a praxe académica não existirá por acidente ou acaso, mas decorrente de uma necessidade do desenvolvimento social e cultural que corresponde à atualidade. A praxe, como se procurou mostrar, tem hoje uma função de integração dos caloiros, representando uma particularidade da vida universitária e uma manifestação do espírito académico. Tudo isso faz parte da cultura portuguesa que, muitos reivindicam, deve ser respeitada.

Efetivamente, é esse papel integrador que parece constituir a essência da praxe académica. Como dizem os estudantes, especialmente os veteranos, a praxe oferece um espaço convival para os recém-chegados se conhecerem e se adaptarem a uma vida nova. Dizem também que sem praxe seria muito difícil ou até impossível conhecerem os colegas assim como a universidade, no curto prazo.

No decorrer das suas atividades, os estudantes aprendem não somente as suas regras como igualmente as da própria universidade, entendendo a importância dos regulamentos, passo necessário para que os alunos vão adquirindo maior maturidade. Nesse sentido, a praxe pode ser entendida como um ensaio para melhor se prepararem

⁵⁵ Assembleia da República, Comissão de Educação e Ciência (2008). *As Praxes Académicas em Portugal*.

para as exigências sociais futuras.

Operando como uma espécie de ritual de passagem, a praxe de hoje não é só um conjunto de regras e costumes que têm em vista a preservação de uma tradição. Ela é também, ou deve ser, um referencial moral para cada estudante que a ela adira. Mergulhados num processo de transição e transformação, os caloiros que deixaram as suas casas enfrentam uma nova fase da vida. A praxe pode ajudá-los na adaptação a essa metamorfose.

É evidente que a praxe sempre se fez acompanhar de contestações à sua existência. Os movimentos e os manifestos anti-praxe nunca desistiram das críticas, muito menos dos protestos. Lutaram, no fundo, contra todas as tradições académicas, tentando acabar com elas, proibi-las, bani-las. Isso talvez se tenha devido a alguma incompreensão do que é realmente a praxe académica. Por um lado, da parte de alguns que a consideram um acontecimento onde todos os comportamentos, por mais arbitrários e irresponsáveis que sejam, incluindo violência, abusos e humilhações, gozam de aceitação. Por outro lado, daqueles que militam nos movimentos anti-praxes, que empolam alguns excessos para condenar a praxe no seu todo, permanecendo incapazes de reconhecer, como sustentou Marco Pinto Barreiros, especialista em psicologia social e das organizações, que este género de comportamentos se revela "no cumprimento de uma das necessidades mais básicas do ser humano que é a de se sentir parte de um grupo" e que, em muitas circunstâncias, um caloiro participa na praxe porque os outros o fazem. Sem menosprezo disso, todavia, o motivo essencial que explica todas as contestações à praxe é o de que os excessos que nela se cometem desrespeitam direitos humanos fundamentais. O relatório do Observatório dos Direitos Humanos, *Praxes Académicas*, publicado em 2010, sintetizou o problema do seguinte modo:

Sem esquecer o direito à livre expressão e garantia do respeito pela dignidade da pessoa humana previsto no artigo 37º da Constituição da República Portuguesa, todas as praxes em que haja, nomeadamente, gozo ofensivo e vexatório, abuso ou humilhação, violam e põem em causa direitos fundamentais, sendo passíveis de responsabilidade civil por danos (p. 12).

Capítulo II
Instrução Militar

Neste capítulo descreve-se a instrução militar na China como uma prática tradicional, desde os tempos remotos e, em particular, no contexto académico.

2.1. Definição

A instrução militar foi implementada na China de acordo com os requisitos da «Lei de Defesa Nacional da República Popular da China»⁵⁶, da «Lei da Educação da República Popular da China»⁵⁷, da «Lei do Serviço Militar da República Popular da China»⁵⁸, da «Lei de Educação de defesa nacional da República Popular da China»⁵⁹ e do parecer do «Comité Central do PCC sobre a Reforma da Educação»⁶⁰. Com a IMU, os alunos recebem uma formação de defesa nacional básica. A educação ideológica e moral dos estudantes universitários, numa idade fulcral do seu desenvolvimento humano, deve insistir no patriotismo, no socialismo e no coletivismo, fazendo esforços para desenvolver uma educação de qualidade voltada para a economia do conhecimento, visando a construção de um novo tipo de pessoas. Estas pessoas detêm quatro qualidades "四有人才"⁶¹ (*sì yǒu rén cái*), a saber, são motivadas, éticas, cívicas e disciplinadas. A instrução militar contribui para os alunos adquirirem essas qualidades, sendo também um meio eficaz de recrutar novos elementos para as forças de defesa.

A instrução militar é um sistema de formação nacional, facultado pelas forças armadas, que visa a defesa do país, que tem reflexos em diversas áreas nacionais, nomeadamente na educação. Normalmente, cada escola ou universidade organiza um curso de instrução militar, que resulta muitas vezes em novos aspirantes à carreira militar. Segundo a «Lei de Educação de Defesa Nacional da República Popular da China»⁶², cada estudante da escola primária, do ensino médio e do ensino superior deve receber instrução militar, ou seja, esta normalmente é obrigatória. Cada universidade ou escola convida militares profissionais para darem instrução aos novos

⁵⁶ 中华人民共和国国防法 (*zhōnghuá rénmin gònghéguó guófāngfǎ*) 14.03.1997.

⁵⁷ 中华人民共和国教育法 (*zhōnghuá rénmin gònghéguó jiàoyùfǎ*) 18.03.1995.

⁵⁸ 中华人民共和国兵役法 (*zhōnghuá rénmin gònghéguó bīngyìfǎ*) 29.08.2012.

⁵⁹ 中华人民共和国国防教育法 (*zhōnghuá rénmin gònghéguó guófáng jiàoyùfǎ*) 28.04.2001.

⁶⁰ 中共中央关于教育体制改革的决定 (*zhōnggòng zhōngyāng guānyú jiàoyù tǐzhì gǎigé de juédìng*).

⁶¹ 四有人才 (*sì yǒu rén cái*, 邓小平同志 1980 年 5 月 26 日提出的“有理想、有道德、有文化、有纪律的社会主义新人”的简称).

⁶² 中华人民共和国教育法 (*zhōnghuá rénmin gònghéguó jiàoyùfǎ*) 18.03.1995.

alunos. Sob circunstâncias normais, recebe-se esta instrução no início de setembro ou após o feriado nacional de outubro⁶³. O principal treino para os estudantes da escola primária e do ensino médio consiste na aprendizagem do perfilar/alinhar em formatura (站军姿, *zhàn jūn zī*), excluindo assim um treino físico muito intensivo. Já os estudantes universitários, para além de treinarem a formatura em pelotão e exercícios de combate, recebem ainda treino físico, algumas noções de primeiros socorros e de teoria de militar, exercitando também o espírito de equipa e a marcha conjunta.

Na área estritamente militar, a instrução, cuja obrigatoriedade está legalmente instituída⁶⁴, serve para incutir e aperfeiçoar a capacidade do indivíduo como soldado, ao serviço da defesa nacional. Cada recruta recebe cursos de primeiros socorros e de teoria de militar, para além do óbvio treino físico e da marcha, que pretendem incutir um espírito de unidade. Um dos exercícios caracteristicamente chinês consiste no dobrar o cobertor da cama de forma perfeita (imagem abaixo), o que se designa como 豆腐 (*dòufǔ*) por alusão à forma do tofu.

Figura 2 - Dobrar o cobertor em forma de "tofu"



Fonte: <http://beizidoufukuaitupian.1pyy.com/photo.html>

⁶³ O Dia Nacional da China (国庆节, *Guóqìng jié*), feriado nacional, assinala-se no 1º dia de outubro. Após a fundação da República Popular da China, a 21 de setembro de 1949, realizou-se uma cerimónia na praça de Tianamen a 1 de outubro daquele ano, para celebrar a formação do Governo Central. Desde então, foi declarado o Dia Nacional. (fonte: Wikipedia, consultado a 24 de novembro de 2016).

⁶⁴ Em Portugal, o serviço militar baseia-se no voluntariado em tempo de paz. Contudo, o Estado pode proceder a um recrutamento excecional, chamando os cidadãos a prestarem serviço efetivo quando as circunstâncias assim o obrigam, nomeadamente em situações de conflito armado (*Lei do Serviço Militar*, Lei nº 174/99, de 21 de setembro).

Na sociedade chinesa, a instrução militar é utilizada como uma forma de ajudar os indivíduos na aquisição de obediência e disciplina, para além de correção da postura corporal e aptidão para a ação, em situações específicas. Há empresas que organizam treinos militares para os seus empregados recém-admitidos, com o objetivo de adquirirem espírito de grupo e capacidade de comunicação com os colegas. Em geral, esta prática é vista pelos chineses como um período temporário destinado ao exercício físico e instrução disciplinar, que pretende fortalecer os jovens, física e psicologicamente, para responderem a desafios e dificuldades, servindo para melhorar a qualidade global dos indivíduos.

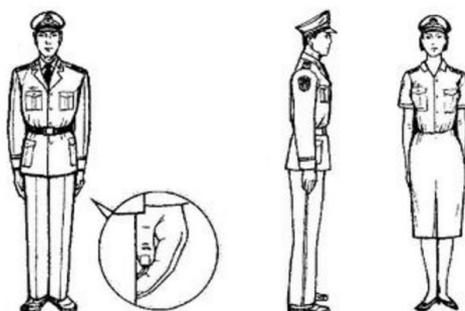
Estas atividades são organizadas pelas chamadas "bases de treino" (训练基地, *xùnliàn jīdì*), que existem em todas as províncias do país e estão abertas ao público em geral. São bases com orientações diversas, das mais informais - com atividades como equitação, tiro ao alvo, escalada e jogos lúdicos diversos - às mais militarizadas, onde o treino físico é mais intensivo, onde existem circuitos de obstáculos e outros desafios maiores. Mas, em todas elas, se exercita o espírito de equipa e a orientação para objetivos comuns.

2.1.1. O conteúdo da Instrução militar

No contexto académico, a instrução militar consiste sobretudo em treino físico e alinhamento em formatura, facultando ainda noções sobre primeiros socorros e teoria militar. De uma maneira geral, começa-se por apresentar alguns tipos de postura e movimentos usados em desfiles militares, sempre em conformidade com as ordens dos superiores. Exemplifiquemos alguns desses movimentos:

1. Estado de alerta. Consiste em permanecer atento, em sentido (立正, *lì zhèng*).

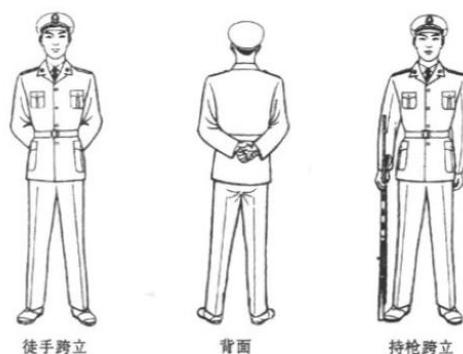
Figura 3 - Estado em alerta



Fonte: http://blog.sina.com.cn/s/blog_603b323f0100eusv.html

2. Posição de descanso (跨立, *kuàlì*).

Figura 4 - Posição de descanso



Fonte: http://blog.sina.com.cn/s/blog_603b323f0100eusv.html

3. À vontade (稍息, *shāo xī*). Apesar de ser uma posição mais "relaxada" deve, ainda assim, obedecer a algumas regras, nomeadamente quanto ao posicionamento dos pés. Na figura 5, pode observar-se um instrutor a corrigir a posição dos pés de alguns alunos do ensino primário⁶⁵.

⁶⁵ Em chinês, 图为一名战士给小朋友纠正稍息动作.

Figura 5 - À vontade



Fonte: www.legaldaily.com.cn/police_and_frontier-defence/content/2015-08/24/content_6234895.htm?node=23291

4. Alinhar o olhar à esquerda (向左看齐, *xiàng zuǒ kàn qī*), à direita (向右看齐, *xiàng yòu kàn qī*) ou em frente (向前看, *xiàng qián kàn*).

Figura 6 - Alinhar o olhar à esquerda



Fonte: www.waheaven.com/Blog/Album/PhotoView.aspx?Number=185627&ID=49089

5. Contagem crescente em voz alta (报数, *bào shù*), em linha e coluna, que permite aos instrutores calcularem o tamanho do grupo com que estão a trabalhar.

Figura 7 - Contagem em voz alta



Fonte: http://www.1010jiajiao.com/xiti_id_683559

6. Marcha (齐步走, *qí bù zǒu*)

Figura 8 - Marcha



Fonte: <http://s2.sinaimg.cn/mw690/001OG9LXgy6Mt1KHOCdb1&690>

7. Corrida (跑步走, *pǎo bù zǒu*)

Figura 9 - Corrida



Fonte: <http://redriver.gxte.edu.cn/Item/75441.aspx> e http://sports.sohu.com/20111206/n328074731_26.shtml

8. Marcha "larga" (正步走, *zhèng bù zǒu*). Trata-se de um movimento que não é muito comum entre outras forças militares e consiste num marchar mais "largo", coordenado e formal, sobretudo quando se está perante alguma importante figura de Estado. Este é também o movimento usado pelos alunos, quando marcham em frente ao reitor da sua universidade.

Figura 10 - Marcha "larga"



Fonte: www.online.sdu.edu.cn/v2012/subject/2011junxun/article.php?aid=8864

9. Continência (敬礼, *jìng lǐ*)

Figura 11 - Continência



Fonte: http://weili.oopic.com/weili_12603545.html

10. Agachamento (蹲下, *dūn xià*). Difere um pouco do exercício com o mesmo nome em português, no que respeita à posição dos joelhos.

Figura 12 - Agachamento



Fonte: http://blog.sina.com.cn/s/blog_b89e0feb0101gye9.html

11. Viragem à esquerda, esquerda volver (向左转, *xiàng zuǒ zhuàn*); direita volver (向右转, *xiàng yǒu zhuàn*); viragem para trás (向后转, *xiàng hòu zhuàn*).

Figura 13 - Virar à esquerda



Fonte: http://blog.sina.com.cn/s/blog_b89e0feb0101gye9.html

12. Marcha em andamento ou estacionária (原地踏步走, *yuán dì tà bù zǒu*).

Figura 14 - Marcha em andamento



Fonte: <http://tuku.cscav.com.cn/index.php?m=picdetail&pid=48913510>

13. Marcor (负重跑, *fù zhòng pǎo*) ou marcha com peso.

Figura 15 - Marcor



Fonte: http://news.xinhuanet.com/mil/2010-10/15/c_12663956.htm

14. Rastejo (爬行, *pá xíng*)

Figura 16 - Instruendo a rastejar



Fonte: http://news.xinhuanet.com/mil/2010-10/15/c_12663956.htm_rastejamento

Estes movimentos não têm uma ordem instituída, podendo haver diferentes coreografias. Para efetivar a aprendizagem destes movimentos, os superiores explicam em primeiro lugar a sua execução, exemplificando em seguida, os alunos repetem-nos, sendo que os instrutores corrigem, a todo o tempo, a postura e os movimentos dos

instruendos. A maior dificuldade para os alunos consiste em permanecerem imóveis e atentos, na posição de sentido, durante 2 horas por dia, como demonstra a imagem (Figura 17), sendo uma experiência que não mais esquecerão.

No final da instrução militar, realiza-se um desfile e o diretor da universidade aponta a turma que melhor se apresentou.

Figura 17 - Perfilar/alinhar em formatura (站军姿, zhàn jūn zī)



Fonte: <http://www.covipshop.com/a/20160224/10266.html>

Todos os recém-chegados à universidade são obrigados a frequentarem um mês de treino militar antes do início das aulas. O mesmo acontece antes de começarem qualquer ciclo de ensino – seja ensino básico ou secundário. O principal objetivo desta instrução é a de inculcar nos alunos disciplina e espírito de equipa. Assim, todos os movimentos são feitos com rigor militar, elevando o seu espírito de sacrifício.

No ensino primário e secundário existem alguns cursos de defesa nacional, cujo objetivo é dar a conhecer aos estudantes algumas práticas militares e a estratégia de defesa nacional. Nas férias de verão, algumas escolas convocam os alunos para uma instrução militar, algumas das quais se podem realizar nas bases militarizadas atrás descritas, ou outras atividades sobre defesa nacional. Nesta fase, as atividades são ainda fáceis e relaxadas, o intuito é apenas dotá-los de algum conhecimento militar. No entanto, esta área de educação tornou-se já uma parte importante do ensino.

Na universidade, a instrução militar é o primeiro curso do primeiro semestre, de carácter obrigatório, dada por soldados aos caloiros.

2.2. Evolução histórica

A prática da instrução militar aos jovens é anterior à formação da R. P. da China, tendo assim uma história muito antiga. Tracemos, de uma forma muito breve, esse percurso.

2.2.1. Origens

A instrução militar remonta ao século XIII a.C, já que o registro mais antigo encontrado na China data da dinastia Shang. De acordo com inscrições divinatórias em ossos ou carapaças de animais, naquela época, devido ao aumento da guerra entre vassallos, os dominadores apostaram no reforço das forças militares. Os imperadores daquela dinastia quiseram também expandir o território e obter mais prisioneiros e saques. Assim, para além da instrução normal, dada a cidadãos do povo comum, introduziu-se a nobreza na vida militar, com instrução específica para esta classe social.

Na dinastia Zhou Ocidental (1122 - 771 a.C.), o ensino oficial foi dividido em educação nacional (国学, *guó xué*)⁶⁶ e ensino regional (乡学, *xiāng xué*)⁶⁷. Este ensino oficial foi organizado em dois níveis, a saber, o ensino básico para literacia (小学, *xiǎo xué*) e o ensino avançado para literatura, história e artes (大学, *dà xué*). Então, a escola básica destinava-se a gente comum, enquanto a escola avançada estava reservada para a descendência régia. Nos estudos avançados havia seis cursos, designados por as “seis artes” (六艺, *liù yì*)⁶⁸. Estas seis disciplinas eram os ritos (礼, *lǐ*), música (乐, *yuè*), tiro com arco (射, *shè*), técnica equestre (御, *yù*), caligrafia (书, *shū*) e matemática (数, *shù*). Entre estas, podemos considerar que o tiro com arco e a técnica equestre estavam associadas às práticas de guerra. Segundo a antiquíssima obra chinesa *Ritos de Zhou* «周礼、保氏»⁶⁹, "a melhor educação que se pode dar aos

⁶⁶ 国学 (*guó xué*), educação nacional era o ensino de alcance nacional durante a dinastia Zhou.

⁶⁷ 乡学 (*xiāng xué*) ou ensino regional era o ensino dirigido aos alunos comuns em cada província.

⁶⁸ 六艺 (*liù yì*) eram os seis cursos que os alunos nobres praticavam e aprendiam diariamente.

⁶⁹ 《周礼、保氏》 Os Ritos de Zhou (周礼, *zhōu lǐ*), originalmente conhecido como "Ofícios de Zhou" (周官, *zhōu guān*) é na realidade um trabalho sobre a burocracia e teoria organizacional, pertencente ao conjunto chamado de "Treze Clássicos" da tradição confucionista.

jovens de uma nação são as seis artes" (养国子以道，乃教之六艺,⁷⁰), sendo este o registro mais antigo sobre instrução militar na China.

Confúcio também mencionou a instrução militar em «Os Analectos» (论语)⁷¹: "Se o povo segue um bom instrutor, em sete anos será capaz de atuar na guerra" (善人教民七年，亦可以即戎矣⁷²). Acrescentou ainda que: "Não ensinar o seu povo a defender-se na guerra é o mesmo que o abandonar" (以不教民战，是谓弃之⁷³). Na opinião de Confúcio, todas as seis artes assumiam a mesma importância pelo que, no ensino da China antiga, se educava os jovens tanto nas artes literárias como nas marciais. Por exemplo, segundo os registros históricos da obra «诗经» (*shijing*) de Sima Qian (145 a.C – 90 a.C), Confúcio teve mais de três mil discípulos, entre os quais 72 teriam atingido a mestria nas seis artes. Esta elite é referida como um conjunto de mestres civis e guerreiros (文武双全, *wénwǔshuāngquán*). Também em «Guo Yu» (国语)⁷⁴, o livro mais antigo sobre os Estados (990 – 453 a.C.), se afirma que "os grandes mestres são aqueles que possuem a capacidade de disparar com arco e flecha e cavalgar" (射御足力则贤, *shè yù zú lì zé xián*).

2.2.2. Desenvolvimento

O período das Primaveras e Outonos (春秋, *chūnqiū*, 722 a.C. - 481 a.C.) foi uma época de guerras exaustivas e descentralização do poder, em resultado da ascensão de alguns pequenos Estados. Os homens não eram apenas agricultores mas também soldados, ainda que a sua instrução militar se limitasse à atividade de montar a cavalo na floresta. Além disso, neste momento histórico iniciou-se um tipo de dança de artes marciais (em chinês “武舞”, *wǔwǔ*), que se transformou num importante meio de instrução militar: as pessoas dançavam, usando um escudo e simulando todos

⁷⁰ 养国子以道，乃教之六艺 (*yǎng guó zǐ yǐ dào, nǎi jiào zhī liù yì*).

⁷¹ *Os Analectos* (论语, *lúnyǔ*) de Confúcio, também conhecidos como *Diálogos de Confúcio*, constituem o livro doutrinal mais importante do confucionismo. É constituído por uma seleção de textos atribuídos a este pensador chinês e aos seus discípulos.

⁷² 善人教民七年，亦可以即戎矣 (*shàn rén jiào mǐn qī nián, yì kě yǐ jí róng yǐ*).

⁷³ 以不教民战，是谓弃之 (*yǐ bù jiào mǐn, zhàn shì wèi qì zhī*).

⁷⁴ 《国语》 *guó yǔ* é o primeiro livro sobre a história de cada Estado da China antiga, no período compreendido entre 947 a.C. e 453 a.C. 《国语》是中国最早的一部国别体著作。记录范围为上起周穆王十二年（前990）西征犬戎（约前947年），下至智伯被灭（前453年）。包括各国贵族间朝聘、宴飨、讽谏、辩说、应对之辞以及部分历史事件与传说。

os movimentos de batalha. Esta dança marcial estimulou os cidadãos com espírito militante, permitindo-lhes dominar os movimentos de guerra.

Figura 18 - Dança de artes marciais



Fonte: baidu⁷⁵

A partir da dinastia Qin até às dinastias Tang e Song, a instrução militar foi gradualmente abandonada. O período da dinastia Qin (秦, *qín*, 211 a.C – 206 a.C) ficou conhecido pelo Governo de um imperador guerreiro, de seu nome Qin Shi Huang (秦始皇, *qínshǐhuáng*), que unificou a China após conquistar os reinos vizinhos. Ele é sempre referido como o imperador cruel que queimou livros confucionistas e enterrou vivos os *literati*. Qi Shi Huang conseguiu vencer outros reinos exatamente porque manteve o seu povo militarmente educado, os cidadãos sabiam cavalgar e usar armas. Porém, após a unificação, o imperador fez tudo para controlar o acesso e uso de armas, para minimizar quaisquer hipóteses de rebelião, a ponto de várias famílias terem de partilhar uma faca de cozinha.

Na dinastia seguinte, Han (202 a.C – 220 d.C.), que se dividiu em Han Ocidental (西汉, *xīhàn*, 202 a.C. – 9 d.C) e Han Oriental (东汉, *dōnghàn*, 25 - 220), o treino militar do povo conheceu situações distintas. O período que corresponde ao domínio dos Han Ocidental foi instável, com guerras civis e alargamento de fronteiras, por isso, os jovens participavam frequentemente em ações militares. Já a dinastia Han

75

http://image.baidu.com/search/detail?ct=503316480&z=0&ipn=d&word=%E6%AD%A6%E8%88%9E&step_word=&hs=0&pn=32&spn=0&di=29648669710&pi=0&rn=1&tn=baiduimagedetail&is=0%2C0&istype=0&ie=utf-8&oe=utf-8&in=&cl=2&lm=-1&st=undefined&cs=3008962525%2C3217018508&os=1783780359%2C555963788&simid=3292239959%2C320501477&adpicid=0&ln=1665&fr=&fmq=1479340569962_R&fm=&ic=undefined&s=undefined&se=&sme=&tab=0&width=&height=&face=undefined&ist=&jit=&cg=&bdtype=0&oriquery=&objurl=http%3A%2F%2Fwww.szhz100.com%2Fdata%2Fattachment%2Fportal%2F201409%2F17%2F230327cyf6g1saawwpfug1.jpg&fromurl=ipp_r_z2C%24qAzdH3FAzdH3Fooo_z%26e3Bfiz8aa_z%26e3Bv54AzdH3Fr56pws_45ktsj-r_45ktsj_etjo_z%26e3Bip4s%3Fwt1%3D0cn0&gsm=0&rpstart=0&rpnum=0 (consultado em 16.11.2016).

Oriental, com o território já muito extenso e uma vida económico-cultural florescente, o imperador Liu Xiu (刘秀, *liúxiù*, 5 a.C. – 57 d.C.) praticou a doutrina de Confúcio como base da educação, usando mais *literati* que guerreiros na administração da corte. Em suma, houve uma mudança estratégica, em relação ao período governativo anterior, na política de expansão territorial, na política de povoação (estimulando a migração do povo han para zonas conquistadas) e na política defensiva, no sentido de fechar as fronteiras. Esta nova política do imperador Liu Xiu, somada a uma estrutura social cada vez mais alicerçada na filosofia confucionista⁷⁶, deixou o seu império enfraquecido em termos da capacidade de resposta a situações de invasão e guerras civis⁷⁷.

A dinastia Sui (隋朝, *suícháo*, 581-618) foi caracterizada por uma educação cultural (偃武修文, *yǎnwǔxiūwén*), iniciando, por exemplo, a prática dos exames imperiais⁷⁸. Estas provas representavam o caminho mais curto para ascender na escala social e, portanto, eram também um objetivo fundamental para os membros das classes cultas. Por isso, ninguém apostou na instrução militar neste período, tornando-se esta secundária.

Figura 19 - Exames imperiais



⁷⁶ Sob a perspetiva confucionista, a bondade (仁, *rén*) era considerada uma das grandes virtudes humanas. Neste contexto, a instrução militar converteu-se num ritual.

⁷⁷ “...两汉边防政策的基本区别在于西汉是积极的扩张,东汉则消极退让,西汉是不断地向外扩张、移民实边,东汉则是不断地内徙边民,东汉以后北方民族问题实肇因于此.究其原因固然多样,但根本原因则在于刘秀确定的偃武修文的治国方针.刘秀以“柔道治天下”、“退功臣而进文吏”,国家政治一改西汉的文武并重为尚文轻武,地方长吏在理论上虽然有戒备边防、教民以战的责任,但在实际上不懂军事、更轻视军事,法定的军事训练任务名存实亡、吏民军事素质低下,军功更丧失其激励效用,既无西汉向北“扩张”的意识,也无“扩张”能力,而只能内徙边民.” Fonte: <http://d.wanfangdata.com.cn/Periodical/rwzz200804021> (consultado a 19.11.2016).

⁷⁸ Os exames imperiais (科举, *kējǔ*), aplicados na época da China imperial, consistiam numa série de provas que serviam para seleccionar a quem, entre a população, seria permitida a entrada na burocracia estatal.

Figura 19: À esquerda, os candidatos apressam-se a consultar os resultados dos exames imperiais, anúncio que ficou conhecido como a "Publicação dos Resultados" (放榜). Pintura de Qiu Ying . A imagem à direita ilustra a etapa final e o nível mais elevado do exame, que se realizava na presença do imperador. **Fonte:** wikipedia⁷⁹

Na dinastia Tang (唐朝, *tángcháo*, 618-907), a estrutura da formidável burocracia imperial chinesa ficou perfeitamente definida. Logo após a fundação dinástica, fortaleceu-se o exército e o poder foi centralizado - o rei governava por meio de decretos. Contudo, o imperador privilegiou, de uma maneira geral, a cultura e a literatura. Os tradicionais exames imperiais continuaram a atrair muitos candidatos, já que representavam o caminho mais rápido para ascender socialmente. Foram mesmo criadas escolas para preparar os candidatos para estes exames. Então, o Governo cancelou a instrução militar.⁸⁰ Até à dinastia Song (宋朝, *sòngcháo*, 960-1279), o Governo apostou na educação política e cultural, sendo a posição dos soldados entre as mais baixas dos funcionários imperiais.

A dinastia Qing (清朝, *qīngcháo*, 1644-1912) teve início quando os manchus⁸¹ invadiram o norte da China em 1644 e derrotaram as forças Ming. Os militares foram assim determinantes para a mudança governativa. O seu fundador foi Aisin Gioro (爱新觉罗, *àixīnjuéluō*) líder do clã manchu da região nordeste do país. A nova dinastia reformou o ensino, que passou a incluir literatura, karaté, equitação e tiro com arco. Os estudantes tinham que ser aprovados nos exames de equitação e tiro com arco, sob pena de não puderem realizar o exame de literatura.

Com este preceito, cada escola passou a oferecer instrução militar ao nível provincial, que ganhou popularidade entre a sociedade civil, enquanto as escolas nacionais incluíram também esta instrução na sua oferta letiva. Apesar da sua popularidade, o desenvolvimento da instrução militar foi condicionado pela crescente influência do confucionismo na educação, já que esta filosofia defende a moral, a política, a pedagogia e a religião como bases da sociedade, incentivando o conhecimento em detrimento das artes bélicas. Durante a dinastia Ming (明朝, *mǐngcháo*, 1368-1644), o confucionismo fora já exultado pelo governante supremo, que se sentava calmamente durante metade do dia para estudar e meditar nos preceitos

⁷⁹ <https://zh.wikipedia.org/wiki/%E7%A7%91%E4%B8%BE#/media/File:Civilserviceexam1> e <https://zh.wikipedia.org/wiki/%E7%A7%91%E4%B8%BE#/media/File:Palastexamen-SongDynastie.jpg>, respetivamente.

⁸⁰ Adshhead, S. A. M. (2004), *Tang China: The Rise of the East in World History*, New York: Palgrave Macmillan.

⁸¹ A Manchúria ou, mais raramente, Manjúria (Manju, em língua manchu) é uma vasta região no leste da Ásia que inclui atualmente o extremo nordeste da China (também chamada Manchúria Interior) e uma parte da Sibéria.

confucionistas (半日读书, 半日静坐, *bànrì dúshū, bànrì jìngzuò*).

Em 1894, com a derrota da Primeira Guerra Sino-Japonesa⁸² (甲午战争, *jiǎ wǔ zhànzhēng*), o Governo chinês tomou consciência da importância das forças militares e da capacidade bélica de um país (兵强尚武, *bīng qiáng shàng wǔ*)⁸³.

Em 1902, o estratega Cai E⁸⁴ (蔡锷, *cài è*) assinou um artigo intitulado “Uma Nação Preparada para Lutar” (军国民篇, *jūn guó mín piān*) no *Jornal dos Novos Povos* (新民丛报, *xīnmín cóngbào*), onde defendeu o militarismo (军民国主义, *jūn mínguó zhǔyì*) e a utilidade de todos os cidadãos receberem instrução militar. No mesmo ano, Jiang Baili⁸⁵ (蒋百里, *jiǎng bǎilǐ*) escreveu um artigo sobre o ensino militar, defendendo a criação de mais cursos desse tipo, que incutissem nos soldados profissionais os preceitos da defesa nacional. Em 1906, o Governo Qing promulgou o «Propósito de Educação» (教育要旨, *jiàoyù yàozhǐ*) que definiu o ensino militar como o grande propósito educativo, tornando obrigatória a instrução militar nas escolas.

Logo após a fundação da República da China em 1912, foi promulgada a Lei da Educação Normal «普通教育暂行法»⁸⁶, que veio determinar que qualquer ciclo de ensino podia incluir instrução militar, desde o ensino básico até ao universitário. No mesmo ano, em setembro, definiu-se o objetivo militar como um dos objetivos fundamentais da educação. Depois disso, todas as escolas incluíram a instrução militar entre as suas disciplinas obrigatórias.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, as nações procuraram alternativas pacíficas para a convivência internacional, pelo que o ensino de militar enfraqueceu um pouco por todo o mundo. Uma pesquisa internacional realizada em 1919 mostrou que as políticas educativas pós-Primeira Guerra Mundial reconheceram, quase universalmente, que o ensino militar não era o melhor caminho para reforçar a democracia. A China seguiu esta tendência global até que, em 1920, o Conselho de

⁸² A Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) foi um conflito entre o Japão e a China, fundamentalmente pelo controle da Coreia. Em chinês, para a distinguir da Segunda Guerra Sino-Japonesa, é conhecida como a "Guerra Jiawu" (甲午戰爭), já que ocorreu no ano chinês que leva esse nome.

⁸³ 尚武精神来自日本, 启发了一些晚清人士如梁启超, 蔡锷之老师。参考 . https://books.google.pt/books?id=2injDAAAQBAJ&pg=PT310&lpg=PT310&dq=%E5%B0%9A%E6%AD%A6%E5%BC%BA%E5%85%B5&source=bl&ots=1fXj027nWh&sig=Q1hGPMacGcgMtt0t_XLxBz8rD-A&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwjsr_Wbn7jQAhVHvhQKHfJHDBw4ChDoAQglMAI#v=onepage&q=%E5%B0%9A%E6%AD%A6%E5%BC%BA%E5%85%B5&f=false.

⁸⁴ 蔡锷 (1882-1961) foi um estratega e político da dinastia Qing.

⁸⁵ 蒋百里 Jiang Bai Li (1882-1938) foi um teórico e educador militar que viveu no período da República da China.

⁸⁶ 《普通教育暂行法》 pǔtōng jiàoyù zàn xíng fǎ (19.01.1912).

Educação excluiu o ensino militar dos objetivos fundamentais da educação. Em sequência disso, em 1922, aprovou-se o *Novo Sistema de Educação* (壬戌学制, *rénxū xuézhì*)⁸⁷, que veio cancelar a instrução militar na escola.

Esta foi novamente retomada no ano de 1929, quando os japoneses quiseram invadir a China. O Governo chinês aprovou uma nova lei para "corrigir o método de ensino militar no ensino superior" (修正高中以上学校军事教育方案⁸⁸): todos os alunos do sexo masculino (de todas as universidades, escolas de ensino médio, colégios, etc.) passaram obrigatoriamente a receber instrução militar, durante os três meses das férias de verão. No ano de 1931, o Ministério da Educação promulgou outro diploma para intensificar a educação militar no ensino superior. Este "Aviso do Ministério da Educação sobre a intensificação da educação militar a partir do liceu" (教育部关于高中以上学校加紧军事教育的通令⁸⁹), pretendia que a instrução militar incutisse nos estudantes mais disciplina, obediência, responsabilidade e resistência a várias idéias, elevando o seu espírito de sacrifício e patriotismo.

Naquele momento, cada aluno do sexo masculino que frequentasse o ensino médio ou superior fazia instrução militar ao longo dos três meses das férias de verão. Os projetos de formação militar incluíam o desenvolvimento de habilidades militares, conhecimentos de defesa aérea, alguns tipos de movimentos militares, perfilar e treino físico, para além de noções básicas sobre primeiros socorros e teoria militar. Os cursos de instrução militar eram muito rigorosos, se os alunos não passassem, deveriam receber novamente instrução militar no ano seguinte. Se não fossem aprovados na sua formação militar não poderiam mesmo graduar-se. Os alunos do ensino médio que não passassem neste curso, não poderiam entrar na universidade.

Durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa (抗日战争, *kàngri zhànzhēng*), a instrução militar foi alargada ao país inteiro, mantendo-se obrigatória até ao final do conflito.

⁸⁷ 壬戌学制 (*rén xū xué zhì*), 1922年11月, 中华民国北洋政府以大总统令颁布的《学校系统改革案》中规定的学制系统。为区别于壬子癸丑学制, 又称新学制。

⁸⁸ 修正高中以上学校军事教育方案 (*xiūzhèng gāozhōng yǐshàng xuéxiào jiàoyù fāngàn*).

⁸⁹ 教育部关于高中以上学校加紧军事教育的通令 (*jiàoyùbù guānyú gāozhōng yǐshàng xuéxiào jiājǐn jūnshì jiàoyù de tōnglǐng*).

2.2.3. História moderna

A instrução militar dirigida aos estudantes foi formalmente iniciada após a fundação da Nova China. Em julho de 1955, promulgou-se no país a primeira lei sobre o serviço militar «兵役法»⁹⁰, determinando a obrigatoriedade dos estudantes do ensino superior fazerem instrução militar. Nesse mesmo inverno, o Instituto de Educação Física de Pequim (北京体育学院, *běijīng tǐyù xuéyuàn*) e o Instituto de Engenharia do Ferro e do Aço de Pequim (北京钢铁学院, *běijīng gāngtiě xuéyuàn*) iniciaram aulas de IMU, que depois se alargou a outras 14 universidades, como a Universidade dos Correios de Pequim (北京邮电学院, *běijīng yóudiàn xuéyuàn*). No total, desenvolveram-se 21 cursos de especialidade militar nestas academias. Entre 1955 e 1957, o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa Nacional aprovaram este tipo de instrução em 127 universidades chinesas, em conformidade com a lei da milícia «兵役法»⁹¹. Estes alunos universitários eram encarados como uma força de reserva, enquanto os alunos do ensino médio recebiam treino básico militar. A prática provou que a instrução militar contribuiu positivamente para o patriotismo e a consciência de defesa nacional dos alunos.

No início dos anos 1960, o Conselho de Estado (国务院, *guó wù yuàn*) aprovou programas de instrução militar em mais 38 universidades e 70 escolas do ensino médio, em 50 cidades da China. Em 1965, muitos alunos do ensino superior politécnico⁹² foram à tropa, após uma intensa campanha do Comité Central do Partido (党中央, *dǎng zhōng yāng*) para atrair estudantes.

Nos anos 1980 do século XX, depois da "Terceira sessão plenária do 11º comité central do Partido Comunista da China" (党的十一届三中全会, *dǎng dē shíyījiè sānzhōng quánhuì*) a situação económica e política do país melhora gradualmente e a instrução militar nas universidades vai aumentando. Neste seguimento, o Comité Central do Partido Comunista da China (中共中央委员会, *zhōnggòng zhōngyang wěiyuánhui*) aprovou em 1981 o documento de número 11 (第

⁹⁰ 《兵役法》 (*bīng yì fǎ*), 29.12.1988.

⁹¹ 同上.

⁹² Na China, existem dois tipos de percursos de nível superior: o universitário (大学, *dà xué*), com cursos que duram, regra geral, quatro anos e conferem o grau de licenciatura; e o politécnico (大专, *dà zhuān*), com cursos de três anos de carácter mais profissionalizante, mas que não conferem qualquer grau académico.

十一号文件, *dì shíyīhào wénjiàn*) sobre a instrução militar nos diversos níveis de ensino, e algumas universidades renovaram os seus programas de instrução militar.

Em 1984, o "*Sexto Comité Permanente do Congresso Nacional Popular*" (第六届全国人民代表大会, *dìliùjiè quánguó rénmin dàobiǎo dàhui*) promulga uma nova lei da milícia, que inclui um capítulo específico sobre a instrução militar no ensino superior que, até ali, estava regulada por legislação autónoma. Assim, a formação militar em contexto académico ganha progressiva relevância no país.

No ano seguinte, o Governo instaurou a instrução militar em 52 universidades e 102 instituições do ensino médio de todo o país, a que se somaram outras 69 universidades, em 1986. Os líderes do país acreditavam na importância dos estudantes fazerem instrução militar e na contribuição desta formação para a coesão nacional. Em 1987, 105 universidades já realizavam instrução militar.

No sentido de melhorar a qualidade da instrução, o Conselho de Estado da Educação e o "*Departamento de administração do Exército de Libertação Popular*" (中国人民解放军总参谋部, *zhōngguó rénmin jiěfangjūn zōng cānmóubù*) elaboraram um plano orientador para a instrução militar, que definiu o tempo de treino, o conteúdo da formação e quem poderia dar instrução militar aos alunos, definindo ainda a despesa e os materiais a utilizar. Este plano estimulou o desenvolvimento rápido da instrução militar em contexto académico. Em 1996, estatísticas incompletas apontavam a realização de IMU em mais de três mil instituições do ensino superior, em 157 lugares ou regiões de todo o país. O número de participantes rondava cerca de metade do total dos estudantes que entravam no ensino superior anualmente.

2.3. Estado Atual

Após um rápido desenvolvimento, a instrução militar na China tornou-se mais formal e completa. De resto, o país não é um caso único. Outros países também promovem instrução militar em contexto académico, assinalando-se, contudo, algumas diferenças em relação à China.

2.3.1. Instrução militar no ensino superior estrangeiro

Estados Unidos da América: o *Reserve Officers' Training Corps* (后备军官培训团, *hòubèi jūnguān péixùntuán*)⁹³ é a principal entidade promotora da instrução militar entre os estudantes universitários americanos, com departamentos em algumas universidades do país. Estas academias têm contratos com o exército e os alunos que frequentam o programa são encaminhados para formação militar profissional, após terminarem o curso superior. Existem atualmente 650 escolas do ensino secundário e mais de 400 universidades na América com protocolo neste sentido.

O *Reserve Officers' Training Corps* desenvolve dois tipos de programas: básico e seletivo.

O programa básico é desenvolvido em instituições do ensino secundário: trata-se de uma formação obrigatória para a cidadania que, cada ano, abrange cerca de 300 mil estudantes.

O programa seletivo é desenvolvido em instituições do ensino superior, com o objetivo de formar soldados que seguem diretamente para o serviço ativo e as forças de reserva. Este tipo de formação envolve, anualmente, entre 60 e 70 mil estudantes. Todas as despesas de instrução militar destes alunos são suportadas pelas forças armadas dos EUA. Se frequentarem a instrução militar na Universidade durante as férias de verão, poderão receber cerca de 670 dólares de subvenção, o que estimula a participação dos estudantes. Este programa é uma importante fonte de captação de talentos com formação tecnológica superior para as forças armadas, pressupondo um pequeno investimento e um grande retorno⁹⁴.

Rússia: Em fevereiro de 1993, o país promulgou a "Lei Federal sobre a obrigação militar e o serviço militar"⁹⁵, substituindo a anterior "Lei sobre a obrigação militar normal" em vigor na União Soviética⁹⁶. Com o novo diploma, criou-se um departamento militar no ensino superior, para promover a instrução militar neste nível de ensino, voltado para a cidadania e enquanto programa de treino oficial de forças de reserva. Este departamento, para além de ter salas de aula especiais e bases de

⁹³ 美国后备军官训练团，是美国军队设在地方院校进行军事训练和招募大学生到部队服役的组织机构，陆军借用地方院校培养军官的重要场所，被称为“地方大学中的军官学校”。美军除依靠军队院校培训新军官外，还充分利用地方院校的力量，培训现役和后备役军官。

⁹⁴ 《中国国防报》12.10 2004 <http://www.china.com.cn/chinese/junshi/677830.htm>

⁹⁵ 《俄联邦兵役义务与服役法》，02.1993.

⁹⁶ 《普遍义务兵役法》09.1939.

formação, mantém contato com as tropas, autoridades e academias militares. O Ministério de Defesa Nacional definiu o conteúdo, as regras e os métodos a usar na instrução militar, para além de suportar todas as despesas inerentes, incluindo um subsídio a cada estudante e a construção de campos de treino.

De acordo com esta lei federal, os cidadãos com educação superior, boa saúde e menos de 27 anos de idade à data da sua graduação podem integrar as forças armadas do país, desde que a universidade que frequentaram tenha protocolo nesse sentido e acolha um departamento militar, como atrás descrito.⁹⁷

Reino Unido: A Inglaterra foi um primeiros países do mundo a criar um sistema de serviço de reserva. Em 1907, quando o visconde Richard Haldane era Secretário de Estado para os assuntos bélicos, o parlamento aprovou uma lei para reorganizar as forças militares e os serviços de reserva, bem como para estabelecer estruturas de nível regional para a defesa de todo o território⁹⁸. Neste contexto, criou-se também uma associação para a instrução militar de reservas, ao nível universitário.

Depois da II Guerra Mundial, o Reino Unido reformulou os programas, aumentando as atividades de instrução militar em cada ciclo de ensino, ao mesmo tempo que fazia propaganda nos meios de comunicação e instituía cursos superiores militares nas universidades. As academias tentaram igualmente atrair mais estudantes para uma formação militar que ia ganhando importância no sistema educativo britânico.

Atualmente, a instrução militar não é obrigatória, mantendo um carácter voluntário, tal como acontece na maioria dos países europeus⁹⁹.

⁹⁷ Cfr. http://gf81.com.cn/second_link/hbll/23.html 版权所有：上海国防战略研究所.

⁹⁸ 《地方军与预备役部队法》(dìfāngjūn yǔ yùbèiyì bùduìfǎ) 1907. Em inglês, *Territorial and Reserve Forces Act*.

⁹⁹ <http://www.globalsecurity.org/military/world/europe/uk-army.htm>.

2.3.2. Atualidade na China

Defesa nacional (国防, *guófán*)¹⁰⁰ refere-se às atividades militares do Estado para prevenir e resistir à agressão, prevenir a subversão armada, defender a soberania, unidade, integridade territorial e segurança da pátria, bem como atividades militares com caráter político, económico, diplomático, científico e tecnológico, educativo, entre outras estratégias. Já a consciência da defesa nacional (国防意识, *guófán yìshì*)¹⁰¹ é uma ideologia coletiva no sentido de manter a soberania nacional e integridade territorial, de defender o interesse do país e da nação, sendo ela a base ideológica para a segurança e o desenvolvimento do país.

Com a estratégia de abertura económica da China (改革开放, *gǎigé kāifàng*) iniciada há mais de 30 anos, o país registou um rápido desenvolvimento económico com óbvias consequências ao nível da qualidade de vida dos cidadãos. Hoje, os estudantes universitários têm uma "consciência de defesa nacional" ténue, já que não passaram por situações de conflito durante a sua vida. Alguns jovens pensam que a defesa nacional deve ser uma preocupação do Governo ou das forças militares, que em nada interfere com a sua vida. Mas, estando o futuro do país nas mãos dos universitários, enquanto futuros líderes e empreendedores, a consciência de defesa nacional e a instrução militar assumem uma importância preponderante. Na China antiga, dizia-se que "国不可一日无防" (*guó bùkě yìrì wúfǎng*), significando que um país não pode estar sem defesa um único dia. Se os cidadãos tiverem uma consciência de defesa nacional forte, o país torna-se mais poderoso. Daí a «Lei de Defesa Nacional da República Popular da China» definir a instrução militar como obrigatória para todos os estudantes.

No entanto, alguns estudiosos e peritos discutem o significado e o efeito da instrução militar em contexto académico, dissecando a instrução militar na China. Por exemplo, Wang Jianjun¹⁰² e Lin Xia¹⁰³ vêm estudando os principais efeitos da instrução militar, defendendo que esta constitui uma parte crítica da educação de qualidade, para além de ser uma forma importante de assegurar as forças militares de

¹⁰⁰ 国防是指国家为防备和抵抗侵略, 制止武装颠覆, 保卫祖国主权、统一、领土完整和安全所进行的军事活动以及与军事有关的政治、经济、外交、科技、教育等方面的活动。http://baike.baidu.com/view/88679.htm (百度百科).

¹⁰¹ 国防意识就是以维护国家主权领土完整以及国家和民族利益为标志的群体思想意识, 是国家安全和发展的思想基础。

¹⁰² 王建军, 发表在《当代教育论坛》2010 (7) 15-16“浅谈军训在学生工作中的作用及其实施途径”。

¹⁰³ 李霞, 西南大学 硕士学位论文 2010“加强和改进大学生军训思想政治教育的方法和途径”。

reserva. Ao receberem instrução militar, os estudantes desenvolvem a sua ideologia de defesa nacional, espírito de grupo e patriotismo, ao mesmo tempo que melhoram as aptidões físicas e mentais, e ganham bons hábitos de estudo. Então, a educação para a defesa nacional e a instrução militar pode promover a reforma educativa e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.

Já os teóricos chineses Yu Yuelong¹⁰⁴ e Shi Xiaochun¹⁰⁵ analisam a tendência da instrução militar. Estes autores afirmam que a atual instrução não segue um sistema coerente de treino militar, não há muito instrutores profissionais para assegurarem este ensino, que o conteúdo do treino é monótono e dificilmente influencia os estudantes no futuro. Segundo Yu e Shi, os alunos não conhecem o verdadeiro significado da instrução militar. Para mudar esta situação, defendem que o país deve aumentar a despesa com este setor e reforçar a educação militar, já que a sua generalização contribui para a ideologia de defesa nacional de cada indivíduo e para fortalecer psicologicamente os estudantes.

O trabalho de investigação do professor Yuan Dangming¹⁰⁶ analisa o comportamento e aspetos psicológicos dos alunos na instrução militar. De acordo com o seu estudo, durante o treino militar, os alunos registam alterações ao nível fisiológico e psicológico pelo que, na sua opinião, as universidades devem fortalecer o aconselhamento psicológico, para ajudar os estudantes a adaptarem-se à vida militar rapidamente e concluírem com sucesso o treino. Antes de iniciarem a IMU, os alunos anseiam por esta formação mas, quando a novidade passa, consideram-na chata e monótona, chegando a antipatizar com ela. Terminada a instrução militar, alguns alunos sentem saudades daquele tipo de atividades. Todo este ciclo demonstra as alterações psicológicas verificadas nos estudantes.

Resumindo, a instrução militar chinesa regista muitas diferenças em relação ao estrangeiro e é passível de muitas melhorias. Acreditamos que a China pode aprender com a experiência dos países estrangeiros, no sentido de melhorar as suas capacidades de defesa nacional.

¹⁰⁴ 喻跃龙, 在《科技信息》2011 (31) 280-280 发表文章“浅谈普通高校学生军训成果巩固对策”.

¹⁰⁵ 石潇纯, 在《湖南人文科技学院学报》2006 (5) 137-140 发表文章“高校国防教育历时态与共时态考察”.

¹⁰⁶ 袁党明, 在《无锡商业职业技术学院学报》2006 6 (3) 42-43 发表文章“大学生军训心里分析及应对办法”.

2.4. Reflexão sobre a Instrução militar

A prática da IMU na China registra alguns problemas e contestações, para as quais tentaremos propor algumas soluções.

2.4.1. Alguns problemas

A instrução militar é uma atividade muito importante para os estudantes chineses. Anualmente, mais de 17 milhões estudantes do ensino secundário e universitário fazem instrução militar, o que significa que o país forma pessoas qualificadas, com espírito internacionalista e empreendedor. Mas, na prática, verificam-se alguns problemas.

Em primeiro lugar, algumas instituições negligenciam as atividades de instrução militar. De resto, muitas universidades ou escolas têm dificuldade em providenciar instalações e campos de treino, bem como fundos para a formação. Para além disso, a direção de algumas universidades não reconhece a importância desta instrução, mantendo-a porque é obrigatória, considerando esta uma medida educativa de mera receção aos novos alunos, com benefícios que se traduzem apenas em boa saúde e hábitos de exercício. Estas visões desconsideram o propósito da instrução militar e enfraquecem o seu verdadeiro significado, a saber, o de intensificar a consciência de defesa nacional, cultivar o patriotismo e o espírito de sacrifício dos alunos em prol da nação.

Quanto aos militares responsáveis, muitos encaram esta atividade como uma ordem superior, faltando-lhes entusiasmo e capacidade de proporem um projeto científico e completo de treino. Normalmente, estes instrutores são jovens, com baixas habilitações académicas e pouca experiência de gestão, o que se reflete na qualidade da instrução. Uma parte assume estas funções com o único objetivo de ganhar dinheiro.

No que respeita aos estudantes, alguns não levam a sério o treino, consideram-no penoso e chato, uma atividade inútil. Outros não entendem porque a IMU militar é obrigatória ao entrarem na universidade, assumindo uma atitude passiva em relação a

ela.

Em segundo lugar, considere-se a falta de instalações de treino num país muito populoso e com muitas universidades onde, nos últimos anos, o número dos caloiros vem aumentando consideravelmente. Assim, muitas universidades não possuem instalações suficientes, por exemplo, os campos de treino podem ser pequenos. Já que as bases de treino militar profissionais são poucas, as universidades preferem realizar todas as atividades em instalações próprias, resultando que, quando os alunos fazem treino militar em conjunto, o campo de treino fica apinhado.

Em terceiro lugar, o conteúdo do treino é monótono. É comum os estudantes que já participaram na instrução militar a acharem monótona, já que só aprendem os movimentos militares básicos e boxe. Estas são atividades tradicionais ainda que obsoletas, antigas e pouco divertidas. É fácil os alunos perderem o interesse. No final, a instrução militar torna-se uma cerimónia de entrada na universidade, o que fica muito longe da causa original desta instrução ao nível universitário.

Em quarto lugar, o programa do curso de teoria militar - parte determinante da IMU - não é o ideal. Este curso ensina algumas teorias militares básicas, para os alunos conhecerem melhor a defesa nacional e o sistema militar do seu país. Contudo, regista alguns problemas práticos. Normalmente, o responsável do curso de teoria militar é um docente universitário e não um militar. Alguns destes professores limitam-se a repetir o conteúdo do livro, sem refletirem sobre o seu significado ou analisarem a situação militar mundial e possíveis situações de guerra futuras. Acrescente-se ainda que este conteúdo está desatualizado, não se adequando ao contexto atual, resultando assim num ensino pobre. Em algumas universidades, o curso de teoria militar simplesmente não é dado por falta de professor.

Finalmente, durante a instrução militar, a universidade presta pouca atenção à saúde psicológica dos alunos, variável que influencia fortemente a qualidade e os resultados desta formação. Os estudantes novos treinam num ambiente novo, onde não conhecem ninguém. Cada dia fazem treino físico, são sujeitos à fadiga e a muita pressão sendo, neste contexto, muito fácil sentirem-se sozinhos. O seu estado psicológico também muda muito. No entanto, o responsável pela IMU na universidade é indiferente a esta mutação dos alunos, o que constitui outro problema que merece reflexão.

2.4.2. Contestações

Para além das questões atrás enunciadas, e que influenciam negativamente os resultados da instrução militar, esta formação é sujeita a uma série de críticas, por parte dos teóricos e dos próprios alunos.

1. As universidades dão demasiada ênfase à uniformização dos estudantes e da sua aparência. Algumas universidades obrigam os alunos a cortarem o cabelo curto. Segundo o *Jornal da Noite Yangcheng* (羊城晚报)¹⁰⁷, mais de 80% dos estudantes da Universidade Normal do Sul da China (华南师范大学) opõe-se ao corte de cabelo compulsivo, que foi tradição naquela academia. Refira-se que alguns alunos novos não conheciam esta tradição e, quando entraram na universidade, foram informados pelos instrutores acerca do corte de cabelo. As meninas, em particular, não recebiam bem esta disposição, já que o cabelo longo é sinónimo de beleza na cultura oriental. A universidade deve respeitar a sua posição, humanizando a instrução. Inquéritos online demonstraram o descontentamento dos estudantes, conseguindo que esta tradição fosse revogada.

2. Causa de morte ou ferimentos. Estas práticas conduziram, em alguns casos, à morte, a danos físicos graves ou irreversíveis nos caloiros, resultando na abertura de processos-crime e gerando enorme polémica no seio da sociedade civil. Regra geral, as universidades realizam a instrução militar em setembro, época que é muito quente e seca. Apesar disso, os alunos fazem treino físico ao ar livre, ao longo de todo o dia, provocando alguns casos de insolação e desmaios. Com as temperaturas altas e o elevado número de alunos, os conflitos multiplicam-se. Por exemplo, segundo o jornal online *Notícias Wangyi* (网易新闻), no dia 24 de agosto de 2014, um instrutor militar, um professor e vários alunos envolveram-se em conflito numa escola do ensino médio da província de Hu Nan, causando 42 feridos, alguns dos quais tiveram que receber tratamento hospitalar.¹⁰⁸

3. O conteúdo carece de significado prático. Segundo o *China Daily*, 90% dos

¹⁰⁷ <http://www.chinanews.com/edu/2012/09-05/4160899.shtml>.

¹⁰⁸ <http://news.163.com/14/0825/14/A4GJJS1P00014SEH.html>.

leitores online é contra a instrução militar ¹⁰⁹; algumas pessoas opinam que a esta instrução consiste apenas em fazer alguns movimentos militares ou suportar o sol em sentido, durante um longo período de tempo, faltando-lhe significado prático. Em suma, hoje em dia, a instrução militar é encarada apenas como um ritual de entrada na universidade. Algumas academias forçam os caloiros a fazerem instrução militar, sob pena de não se poderem graduar.

4. "Doutrinar" os estudantes. A instrução militar suscita muita controvérsia na opinião pública atualmente, com diversos críticos, em particular na blogosfera, a insistirem que o Governo chinês adotou a obrigatoriedade da instrução militar nas escolas com a intenção de "doutrinar" os estudantes e, desse modo, assegurar a estabilidade e a união política.

2.4.3. Soluções propostas

Partindo das informações atrás descritas e de uma reflexão abrangente, consideramos necessária a concretização das seguintes medidas, a fim de devolver à instrução militar a verdadeira tradição universitária:

1. Criar um sistema mais eficiente, com o reforço dos recursos humanos (quantidade de instrutores), a criação de um departamento governamental específico para a IMU, e regulamentação minuciosa sobre as regras e execução desta formação nas instituições escolares. Cada escola ou universidade deve igualmente ter um departamento nesta área, com níveis hierárquicos claros, divisão de trabalho, supervisão mútua e uma coordenação, para assegurar que a instrução seja desenvolvida adequadamente. As universidades devem ainda fortalecer a comunicação com as forças armadas, esclarecendo as respetivas responsabilidades, no sentido de igualar o treino militar profissional.

É ainda fundamental que o trabalho da instrução militar fique especificado no plano de trabalho diário da universidade, de uma forma detalhada. Por fim, será

¹⁰⁹ 中国日报 31.08 2012 “高校新生军训即将开始，九成网友反对军训”.

necessário apoiar cada estudante durante a instrução militar, ajudando-o a superar as dificuldades.

2. Aumentar as instalações de treino. A escassez de instalações é um fator objetivo que influencia a instrução militar, pelo que o Governo deve criar instalações básicas de instrução, em todas as instituições de ensino. Isto contribuirá para aumentar a qualidade da formação garantindo, ao mesmo tempo, a segurança pessoal dos estudantes. O país pode também apostar na construção de mais bases de treino, a que as universidades possam recorrer. Estas bases diversificarão a formação, suscitando assim o entusiasmo dos alunos.

3. Ajustar o conteúdo da instrução militar tradicional. A atual IMU é monótona. O instrutor pode, de acordo com a situação militar internacional, introduzir conteúdos mais pragmáticos, tais como exercícios anti-terrorismo ou de controle de distúrbios. Também pode fazer algumas atividades simulando a vida real de um soldado, no sentido de estimular o interesse dos alunos pela vida militar. Este modelo educativo inovador seria muito mais interessante.

4. Melhorar o curso de teoria militar, dando-lhe mais validade e estabilidade. As universidades podem contratar um profissional militar para lecionar este curso, ou enviar alguns professores às academias militares, por forma a terem uma experiência pessoal acerca da organização militar e da defesa nacional. Seria igualmente interessante que o curso não existisse apenas durante a IMU, mas pudesse integrar o ensino diário, por escolha dos alunos.

5. Fazer exames psicológicos oportunos e dar apoio psicológico aos alunos, durante a instrução militar. No período crítico de treino, o comportamento dos estudantes regista uma grande mudança, pelo que o instrutor pode fazer aconselhamento aos alunos tempestivos, ajudando-os a manterem uma boa saúde mental, inspirando-os a manterem o entusiasmo e estimulando o interesse por um percurso militar.

CAPÍTULO III

Comparação entre a Praxe e a Instrução militar

Durante os três anos da formação académica nas universidades portuguesas, nomeadamente na Universidade de Coimbra (onde frequentei um curso anual de português) e na Universidade do Minho (instituição em que recebo a formação ao nível de pós-graduação de Mestrado), tive oportunidade de conhecer de perto a prática de Praxe, e foi nesse contexto que me pareceu significativo fazer uma comparação entre esta e a Instrução Militar nas universidades chinesas, do ponto de vista dos estudantes.

Para este fim, realizei dois inquéritos, um sobre a opinião dos estudantes portugueses e outro dos estudantes chineses. Neste Capítulo apresentarei as conclusões a que cheguei acompanhando-as de algumas reflexões.

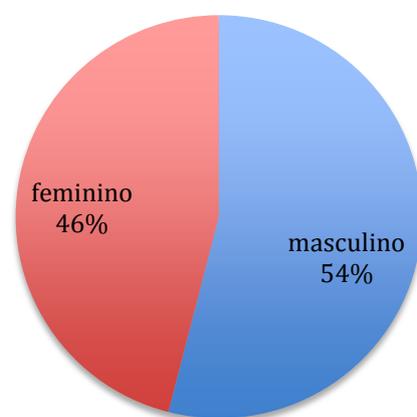
3.1. Praxe Académica

3.1.1. Inquéritos às percepções dos estudantes

1) Método

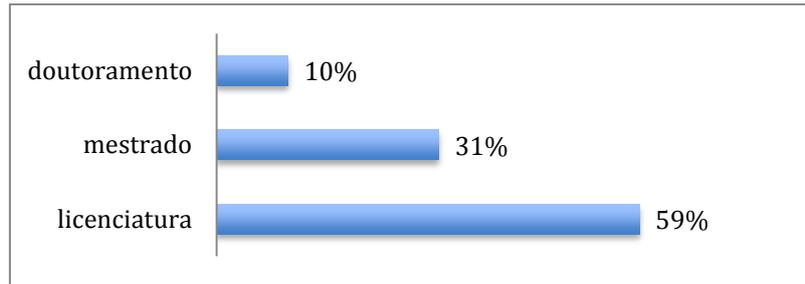
Aplicou-se um inquérito a 50 estudantes da Universidade do Minho, com 19 questões sobre a praxe académica (o inquérito original pode ser consultado no anexo documental): 54% dos inquiridos eram homens e 46% mulheres (Gráfico 1). Ao nível das habilitações, 59% dos inquiridos era estudante de 1º ciclo (licenciatura), 31% dos inquiridos estudantes inscritos no 2º ciclo (mestrado) e 10% dos inquiridos estudantes de 3º ciclo (doutoramento) (Gráfico 2). Os alunos de 1º ciclo, a maior parte dos inquiridos, distribuíram-se do seguinte modo: 16% caloiros, 46% estudantes do segundo ano e 38% do terceiro ano.

Gráfico 1 – Amostra por género



Fonte: elaboração própria

Gráfico 2 – Nível acadêmico

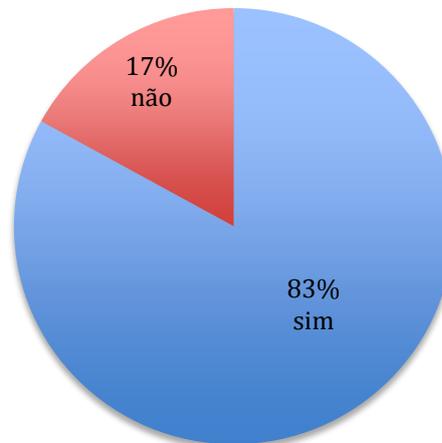


Fonte: elaboração própria

2) Os resultados da pesquisa

83% dos inquiridos declarou ter participado em atividades de praxe e 17% que não participaram (Gráfico 3). Entre o primeiro grupo, 68% dos alunos participou na condição de praxados e os restantes 32% na dupla condição de praxado e praxante.

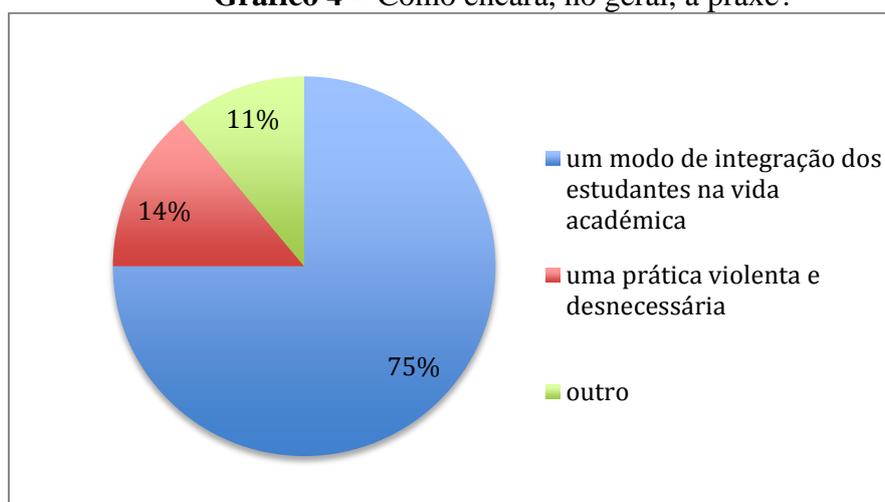
Gráfico 3 – Participação em atividades da praxe



Fonte: elaboração própria

À questão *Como encara, no geral, a Praxe?* 75% dos inquiridos declarou que a considera um modo de integração dos estudantes na vida acadêmica, 14% que se trata de uma prática violenta e desnecessária e 11% manifestou opiniões diversas, nomeadamente: "uma praxe bem feita, sem exageros, é uma boa maneira de integrar alunos"; "existem coisas desnecessárias"; "um modo de integração ultrapassado e lúdico que ajuda a integrar os alunos, mas vejo excessos" (Gráfico 4).

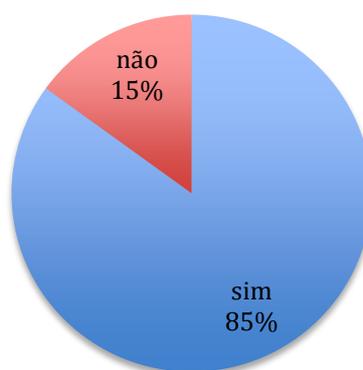
Gráfico 4 – Como encara, no geral, a praxe?



Fonte: elaboração própria

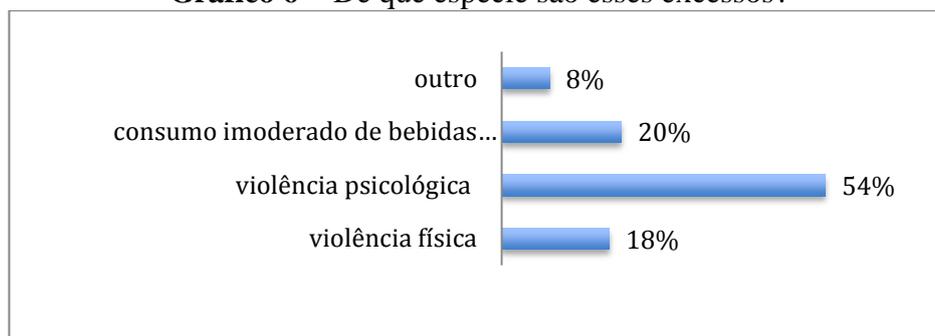
85% dos estudantes considera que se cometem excessos na praxe e os restantes 15% responderam negativamente. *Se respondeu sim na questão anterior, de que espécie são esses excessos?* (Gráfico 5). Sobre este ponto, 54% dos alunos considera que a violência psicológica é excessiva; 20% participaram no consumo imoderado de bebidas; 18% aponta a violência física; 8% opinaram de forma diversa, por exemplo: sobrecarga de horários; abuso de confiança ou demasiado exercício físico (Gráfico 6).

Gráfico 5 – Considera que na praxe se cometem excessos?



Fonte: elaboração própria

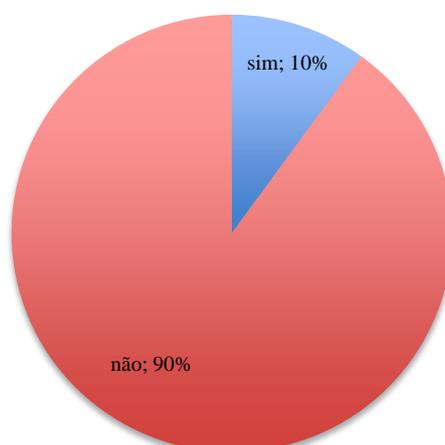
Gráfico 6 – De que espécie são esses excessos?



Fonte: elaboração própria

Se tomou parte na Praxe, como praxado/a ou como praxante, fê-lo porque se sentiu forçado/a a isso? Sobre este assunto, apenas 10% dos inquiridos confessou ter-se sentido constrangido a participar e a maioria (90%) expressiu o contrário (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Se tomou parte na praxe, como praxado/a ou como praxante, fê-lo porque se sentiu forçado/a a isso?



Fonte: elaboração própria

Entre aqueles que responderam afirmativamente à questão anterior, 67% considera que a praxe representou uma ameaça ao seu bem-estar psicológico, 19% uma ameaça à sua integridade física e 14% indicou outra causa (Gráfico 8).

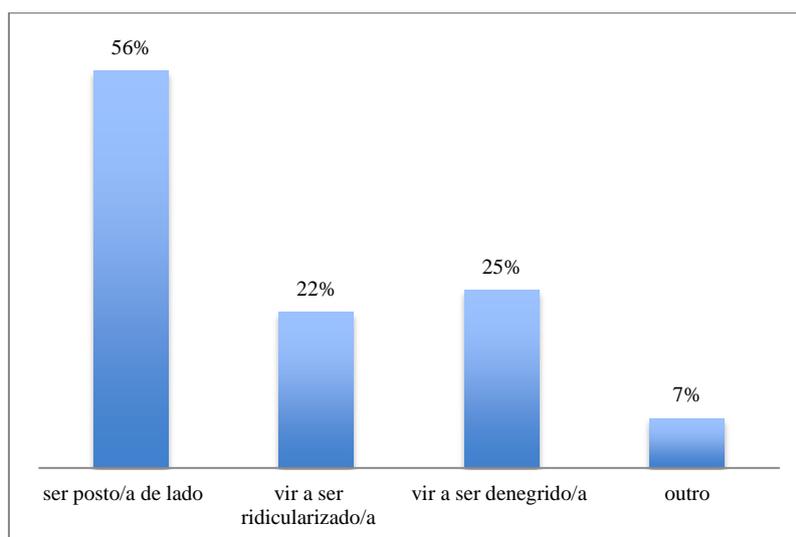
Gráfico 8 – Que tipo de coação sentiu?



Fonte: elaboração própria

No subgrupo dos que responderam ter experienciado ameaças ao seu bem-estar psicológico ficaram assim repartidas as respostas: 56% declarou temer ser posto/a de lado, 25% ser denegrido/a, 22% ser ridicularizado/a e 7% apontou ameaças de outra natureza (Gráfico 9).

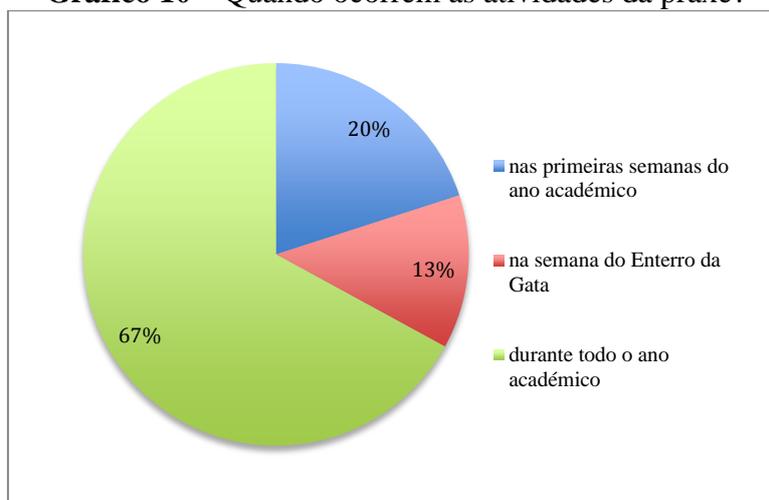
Gráfico 9 – Que espécie de ameaça ao bem-estar psicológico sentiu?



Fonte: elaboração própria

No que diz respeito ao momento em que ocorrem as atividades da praxe, 20% dos estudantes aponta as primeiras semanas do ano acadêmico, 13% diz que estas atividades coincidem com a semana do *Enterro da Gata* e 67% que se prolongam por todo o ano acadêmico (Gráfico 10).

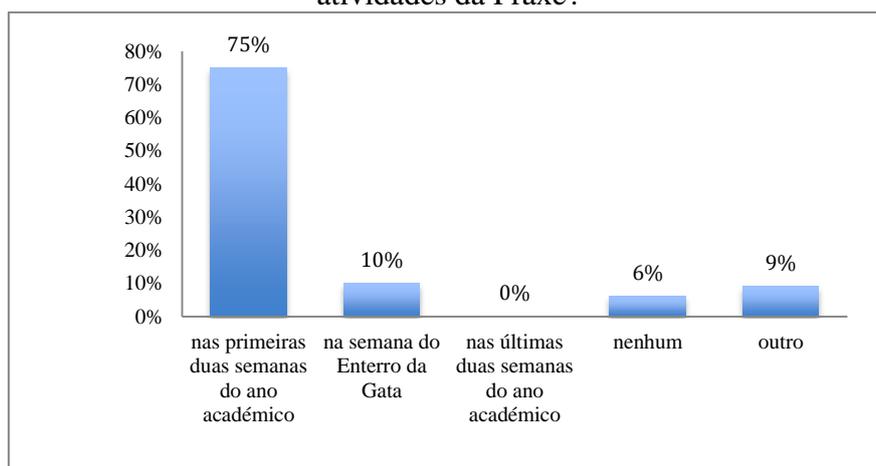
Gráfico 10 – Quando ocorrem as atividades da praxe?



Fonte: elaboração própria

No entanto, quando questionados sobre qual seria o momento mais adequado para a praxe, a grande maioria (75%) entende que este tipo de atividades se devia concentrar nas primeiras duas semanas de cada ano letivo e apenas 10% aponta a semana acadêmica (Enterro da Gata). Outros 9% dos inquiridos apresentou respostas díspares: um mês; dois meses; todo o ano... (Gráfico 11)

Gráfico 11 – No seu entender, qual seria o momento mais adequado para as atividades da Praxe?

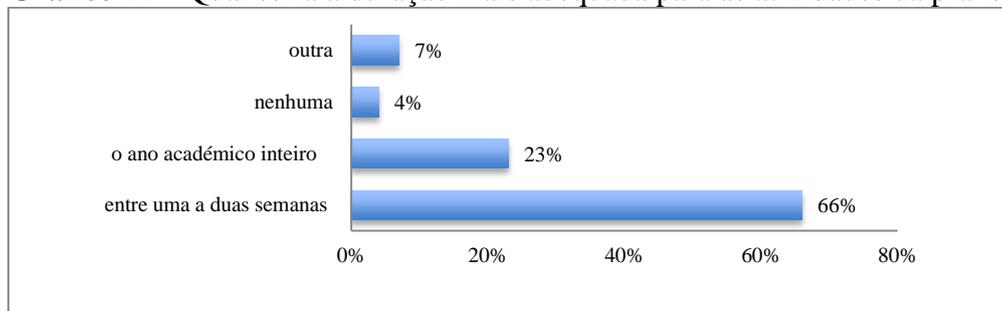


Fonte: elaboração própria

E quando novamente se questiona sobre a duração mais adequada para as atividades da praxe, a maioria respondeu que deveria prolongar-se apenas por uma ou

duas semanas (66%), 23% respondeu que se devem prolongar durante todo o ano letivo e 7% apontou durações diversas, a saber, um mês, dois meses, um semestre ou 10 dias (Gráfico 12).

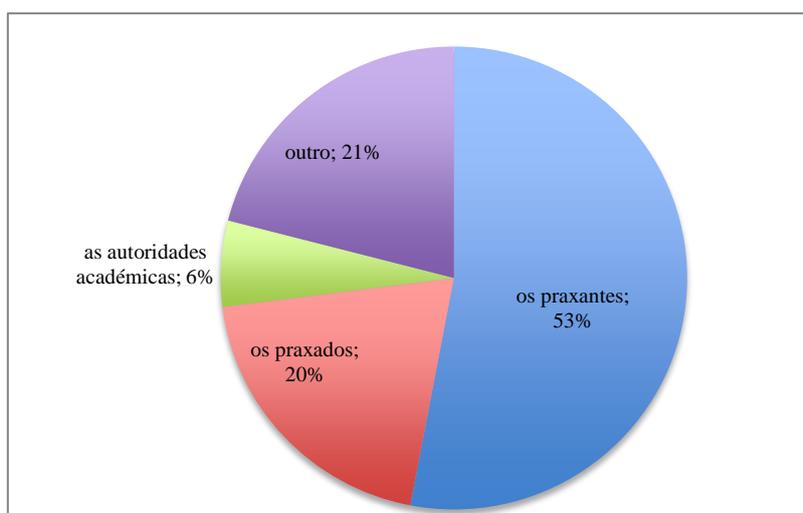
Gráfico 12 – Qual seria a duração mais adequada para as atividades da praxe?



Fonte: elaboração própria

A respeito de já ter ouvido relatar acidentes graves ou fatais associados à praxe, 95% dos inquiridos declarou que sim e os restantes 5% respondeu negativamente. Quando, todavia, se inquirir *Na sua opinião quem foi o principal responsável pelos acidentes graves ou fatais associados à Praxe?* as opiniões dividem-se: 53% dos inquiridos entende terem sido os praxantes os principais responsáveis, 20% diz que foram os próprios praxados; 6% atribui responsabilidades às autoridades académicas e 21% apontou todos os envolvidos como responsáveis (Gráfico 13).

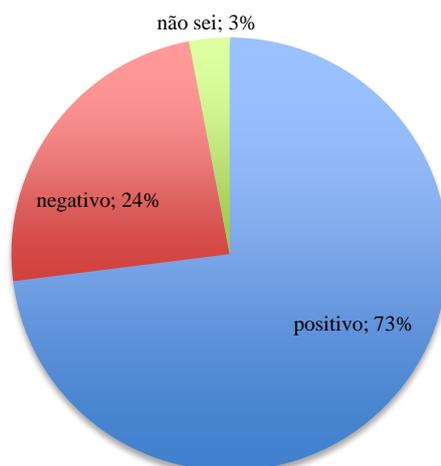
Gráfico 13 – Na sua opinião quem foi o principal responsável pelos mesmos?



Fonte: elaboração própria

O balanço da experiência, para os que participaram na praxe, tende a ser positivo: 73% dos estudantes opinaram que tomar parte nas atividades da praxe é positivo e 24% responderam em sentido contrário. Os restantes 3% declararam não ter opinião sobre o assunto (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Se tomou parte nas atividades da praxe, que balanço faz da sua participação?



Fonte: elaboração própria

Quando se lhes pediu que dissessem *Por que é que tomar parte nas atividades da Praxe é positivo?* 67% dos alunos inquiridos afirmou que a praxe permite o convívio com os colegas, 28% que a praxe estabelece uma ligação com uma tradição académica e 5% propôs outras justificações, nomeadamente a partilha de valores (Gráfico 15).

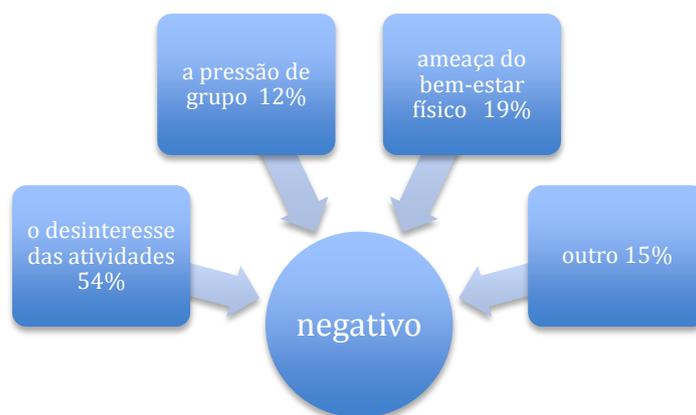
Gráfico 15 – Porque é que tomar parte nas atividades da praxe é positivo?



Fonte: elaboração própria

Aqueles que se pronunciaram em sentido contrário, atribuíram a negatividade da praxe ao desinteresse das atividades (54%), à pressão de grupo (12%), a ameaças ao bem-estar físico (19%) e os restantes 15% a causas diversas (por exemplo, "acho abusivo e prefiro outras atividades de integração") (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Porque é que tomar parte nas atividades da praxe é negativo?



Fonte: elaboração própria

3) Análise e interpretação dos resultados

O inquérito revela que a maior parte dos estudantes da Universidade de Minho declara ter participado em atividades de praxe, quer como praxados, quer na dupla condição de praxado e praxante. A praxe é uma atividade conhecida e grande parte dos inquiridos declarou que a considera um modo de integração dos estudantes na vida académica. Mas não podemos negar que existem alguns atos de violência nesse contexto.

A maioria dos estudantes gosta de participar em atividades de praxe, mas não gosta dos excessos (sobretudo violência psicológica, mas também alguma violência física), considerando-os como um desrespeito pelos direitos humanos e ameaças à integridade física e ao bem-estar psicológico. Alguns estudantes pensam que uma praxe bem feita, sem exageros, é uma boa forma de integrar os alunos. De facto, os alunos participaram sobretudo porque queriam tomar parte numa tradição estudantil e conhecer outros estudantes. Para melhorar a praxe, os alunos deveriam ter uma melhor compreensão da história, da cultura e das tradições da sua universidade.

95% dos inquiridos diz já ter ouvido falar em acidentes graves ou fatais

associados à praxe. Este é um universo muito grande, revelando que as pessoas estão muito preocupadas com esta questão. Metade dos alunos considera que os praxantes foram os principais responsáveis por esses episódios, mas outros apontam o dedo aos estudantes praxados e uma minoria às autoridades acadêmicas.

Por fim, a grande maioria dos estudantes acredita que tomar parte nas atividades da praxe é positivo. Descobrimos assim que muitos alunos de UM preferem participar em atividades de praxe, mas há também algumas limitações que devem ser abordadas. A praxe já não é somente um assunto acadêmico, mas uma questão social que merece uma reflexão.

3.2. Instrução militar

3.2.1. Inquéritos às perceções dos estudantes

1) Método

Os alunos chineses acederam a uma versão *online* do questionário com 20 questões sobre a instrução militar a partir do link <http://www.sojump.com> (o inquérito original em chinês encontra-se em anexo). Os dados apresentados correspondem a questionários completos, num total de 98 pessoas com todas as respostas válidas.

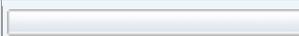
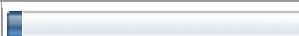
2) Os resultados da pesquisa

As questões e respetivas respostas foram as seguintes:

1. Qual é o seu sexo?

Opção	Número	Proporção
masculino	53	 54.08%
feminino	45	 45.92%
Total	98	

2. Que ciclo de estudos se encontra atualmente a frequentar?

Opção	Número	Proporção
1º ano (licenciatura)	12	 12.25%
2º ano (licenciatura)	0	 0%
3º ano (licenciatura)	8	 8.16%
4º ano (licenciatura)	13	 13.27%
Mestrado	36	 36.73%
Já está a trabalhar	29	 29.59%
Total	98	

3. Fazer instrução militar para si é...

Opção	Número	Proporção
É fácil	19	19.39%
É aceitável, mas não gosto muito	64	65.31%
É um pouco difícil	10	10.2%
É inaceitável	5	5.1%
Total	98	

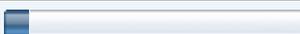
4. Gosta da instrução militar ?

Opção	Número	Proporção
Sim	32	32.65%
Não	34	34.69%
Não sei	32	32.65%
Total	98	

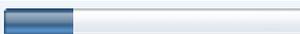
5. Acha que fazer instrução militar é uma necessidade para os universitários?

Opção	Número	Proporção
Sim	77	78.57%
Não é uma necessidade	8	8.16%
Não tenho opinião	13	13.27%
Total	98	

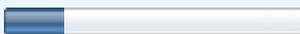
6. Na sua opinião, por que motivo a instrução militar é necessária?

Opção	Número	Proporção
Temperar o corpo	51	 52.04%
Reforço do bem-estar físico e psicológico	72	 73.47%
Conhecer outros estudantes	58	 59.18%
Não há motivo	8	 8.16%
Total	98	

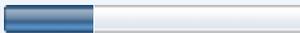
7. A instrução militar ...

Opção	Número	Proporção
É muito útil para melhorar a auto-estima	54	 55.1%
Faz muito mal à saúde porque fazer muito exercício físico no verão é desgastante devido ao calor	23	 23.47%
Não é útil para os estudantes	21	 21.43%
Total	98	

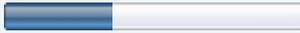
8. Quando os estudantes acabam a instrução militar, as relações entre eles ficam melhores?

Opção	Número	Proporção
Positivo	66	 67.35%
Mais ou menos	20	 20.41%
Não	12	 12.24%
Total	98	

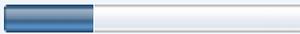
9. A instrução militar ajuda a adquirir um melhor método de estudo?

Opção	Número	Proporção
Sim	69	 70.41%
Não	29	 29.59%
Total	98	

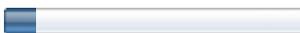
10. Considera que um mês de instrução militar é demasiado tempo?

Opção	Número	Proporção
Não é muito tempo, assim podemos aprender mais	57	 58.16%
É muito tempo, não se aprendem coisas novas	36	 36.73%
Não sei	5	 5.1%
Total	98	

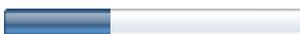
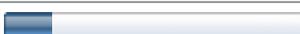
11. O que você ganha com a instrução militar?

Opção	Número	Proporção
Conhecer outros alunos	42	 42.86%
Melhorar a saúde devido ao exercício físico	58	 59.18%
Aprender algo sobre defesa nacional	29	 29.59%
Treinar o espírito de grupo e competências de comunicação	64	 65.31%
Estudar coisas novas	56	 57.14%
Não se ganha nada	13	 13.27%
Total	98	

12. Tem vontade de fazer instrução militar?

Opção	Número	Proporção
Sim	38	 38.78%
Não	49	 50%
Não sei	11	 11.22%
Total	98	

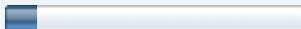
13. Fazer muito exercício físico no tempo quente ...

Opção	Número	Proporção
É normal	35	 35.71%
É muito mau e torna-nos mais suscetíveis à doença	44	 44.9%
Não quero/gosto de fazer exercício físico no tempo quente	16	 16.33%
Não sei	3	 3.06%
Total	98	

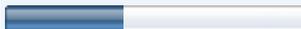
14. Você acha que a instrução militar é rigorosa?

Opção	Número	Proporção
Sim	45	 45.92%
Não	8	 8.16%
Mais ou menos	45	 45.92%
Total	98	

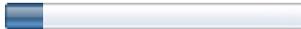
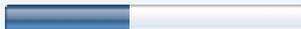
15. Quando se faz instrução militar, dorme-se melhor e tem-se mais apetite?

Opção	Número	Proporção
Sim	68	 69.39%
Não	11	 11.22%
Mais ou menos	19	 19.39%
Total	98	

16. Terminada a instrução militar, acha que se ganha alguma capacidade que não teríamos se não a fizéssemos?

Opção	Número	Proporção
Sim é positivo	57	 58.16%
Nenhuma mudança	39	 39.8%
Negativo	2	 2.04%
Total	98	

17. Os instrutores punem os estudantes na instrução militar. Qual é a sua opinião sobre isso?

Opção	Número	Proporção
É muito mau, não deveria acontecer	13	 13.27%
Concordo com a punição	41	 41.84%
É indiferente	44	 44.9%
Total	98	

18. Durante instrução militar, gostaria de outro tipo de atividade?

Opção	Número	Proporção
Uma atividade individual	23	23.47%
Mais atividades de grupo	20	20.41%
Uma atividade mais interessante	55	56.12%
Total	98	

19. Gosta de soldados e das forças militares?

Opção	Número	Proporção
Sim, é positivo	15	15.31%
Nenhuma mudança	19	19.39%
Negativo	64	65.31%
Total	98	

20. Como avalia a sua instrução militar?

Opção	Número	Proporção
É muito significativa para a minha vida	17	17.35%
É inesquecível	39	39.8%
É muito chata não gosto	36	36.73%
Não tem opinião	6	6.12%
Total	98	

3) Análise e interpretação dos resultados

O inquérito revela que, para maioria dos alunos, a instrução militar é aceitável, ainda que não gostem muito desta ou lhes seja um pouco difícil. Alguns inquiridos, porém, consideram "inaceitável" esta instrução. Um terço (1/3) dos inquiridos gosta da IMU, um terço dos inquiridos não gosta e outro terço não tem opinião.

A maioria dos estudantes pensa que fazer instrução militar é uma necessidade, que lhes permite exercitarem o corpo, reforçarem o bem-estar físico e psicológico, assim como conhecerem outros estudantes. Muitos inquiridos opinaram que tomar parte na IMU é positivo, enquanto um pequeno grupo opinou o contrário. Isto porque, apesar de ser útil para melhorar a auto-estima e a forma física, para treinar o espírito de grupo e competências de comunicação, bem como para aprender algo sobre defesa nacional, faz muito mal à saúde e é desgastante. A grande maioria dos estudantes não quer ou não gosta de fazer exercício físico sob tempo quente, considerando que é mau para a saúde, tornando-os mais suscetíveis à doença. Uma minoria acha esta prática ao calor normal e manifesta vontade de receber instrução.

Para além disso, metade dos alunos acha que a instrução militar é rigorosa e não gosta dos seus instrutores, por causa das punições. Outra metade dos alunos pensa que a IMU não é muito rigorosa e que as punições dos instrutores neste contexto são normais.

Mais de metade dos estudantes opina que, quando se faz instrução militar, dorme-se melhor e tem-se mais apetite e, quando a IMU termina, se ganha alguma capacidade. Outros alunos não encontram nenhuma mudança.

Finalmente, a maioria dos estudantes avalia a sua instrução como "muito significativa para a sua vida" e "inesquecível". A instrução militar já não é só uma atividade académica (ainda que seja uma parte significativa da cultura universitária), mas uma educação sobre defesa nacional. A IMU deveria abandonar os métodos ultrapassados de treino, introduzindo atividades novas e interessantes.

3.3. Semelhanças e diferenças entre a praxe e a instrução militar

	Praxe Académica	IMU
Semelhanças	<ul style="list-style-type: none"> • São atividades dirigidas aos estudantes novos e uma tradição universitária; • São uma atividade conjunta dos alunos, que permite treinar o espírito de grupo e competências de comunicação, e conhecer outros alunos; • Um ritual em que os estudantes participam quando entram na universidade; • Têm uma longa história e cultura, são uma prática institucional especial, conservando algumas funções básicas originais fundadas na tradição; • A maioria das pessoas pensa que este tipo de atividade é positivo, mas apontam também alguns problemas; • Para a maioria dos alunos, participar na praxe ou na IMU é inesquecível e significativo; • Duante a praxe ou IMU, os estudantes exercitam o corpo, o coração e o espírito; • Ajudam a dormir melhor e a ter mais apetite; • São uma parte importante da vida universitária e devem ser mantidas; • Alguns excessos provocam alguma controvérsia na opinião pública e merecem atenção; • Quando terminam as atividades, os estudantes ganham novas capacidades. 	
Diferenças	<ul style="list-style-type: none"> * Só para os caloiros da universidade; * Normalmente é voluntária; * Os caloiros cantam, dançam e fazem jogos divertidos; 	<ul style="list-style-type: none"> * Para todos os estudantes da escola primária, do ensino médio e do ensino superior; * Normalmente é obrigatória; * Os caloiros fazem treino físico e movimentos militares, não há jogos divertidos;

	<ul style="list-style-type: none"> * Tempo: normalmente durante um ano; * Não existe uma lei da praxe; * Está ligada à rigidez da hierarquia universitária e exprime-se numa sucessão de rituais institucionais que acompanham o aluno ao longo de todo o seu percurso académico; * Resumidas às práticas de receção aos novatos e na relação direta entre o veterano e caloiro; * Há uma hierarquia forte. 	<ul style="list-style-type: none"> * Tempo: normalmente só em setembro, embora alguns alunos do ensino médio façam instrução durante 2 ou 3 meses; * Há uma lei sobre instrução; * Não é um ritual, mas um curso sobre defesa nacional; * Cada academia convida soldados para darem instrução militar aos alunos novos. Não há relação entre os novatos e veteranos; * Sem classificação.
--	--	--

Fonte: elaboração própria

3.4. Choque Cultural

A melhor maneira de descrever o processo de adaptação do indivíduo a uma nova cultura é com o recurso a uma analogia: entrar numa nova cultura é como entrar na água do mar; há um choque inicial, seguido de um período de adaptação. É este momento de contacto incipiente com uma nova cultura que designamos de choque cultural. Ryan e Twibell (2000), parafraseando Oberg, definem choque cultural como "a transição de um ambiente familiar para um ambiente estranho, onde antigos padrões comportamentais se tornam ineficazes"¹¹⁰.

¹¹⁰ Ryan, M., & Twibell, R. (2000). "Concerns, values, stress, coping, health and educational outcomes of college students who studied abroad" in *International Journal of Intercultural Relations* (24), p. 412.

Descrever a cultura dos alunos é um objetivo difícil. Para além disso, a China é um país multicultural por excelência, mas regista grandes diferenças culturais em relação a Portugal.

Nos dias de hoje, a China e Portugal são países emergentes e parceiros estratégicos importantes, com intercâmbios comerciais, económicos e cívicos frequentes. Num contexto de crescente interdependência sinolusófona, o ensino de português como Língua Estrangeira na China floresceu. Mais e mais alunos chineses vêm a Portugal para aprender a língua e a cultura portuguesa, assim como também há muito estudantes portugueses a rumarem à China para aprenderem chinês. Devemos apresentar a cultura e a arte chinesas ao povo português para que conheçam uma China mais moderna, que não se resume aos elementos tradicionais, tais como a ópera de Pequim e a instrução militar. Concomitante, crescerão os intercâmbios culturais entre os jovens dos dois países, já que esta geração tem o espírito mais aberto e quer conhecer novas culturas. Por outro lado, os portugueses também podem dar a conhecer a cultura portuguesa ao povo chinês; é importante fortalecer o conhecimento mútuo.

Os estudantes chineses que estudam em Portugal podem participar na praxe e os estudantes portugueses na China também podem participar na IMU. Trata-se de uma boa oportunidade para entenderem as diferenças culturais entre eles. Acreditamos que os dois países podem aprender um com o outro, sendo esta também uma forma de intercâmbio cultural até que, no futuro, se possa alcançar uma integração cultural.

CONCLUSÃO

As culturas estudantis e universitárias em Portugal são muito pouco estudadas, daí o interesse de as tomar por objeto de descrição e análise. Torna-se para tal necessário defini-las e entendê-las dentro de um quadro metodológico, social e histórico. Apesar da crise económica, Portugal continua a ser um país com potencial, onde se destaca a cultura. É bem conhecido que a cultura é o poder brando (*soft power*), sendo também a raiz da nação. A praxe académica, enquanto parte integrante da cultura portuguesa, é um património cultural. A presente dissertação faz uma análise abrangente deste fenómeno, incluindo uma caracterização geral, uma breve descrição história, detendo-se ainda na atualidade da praxe académica. Com um desenvolvimento histórico de mais de sete séculos, a praxe sobreviveu a inúmeras mudanças sociais e experienciou transformações da sua própria natureza. A partir de toda esta análise, concluimos que as contestações à praxe se concentram na sua execução. A praxe, como os promotores desejam, deve ser uma forma de integração dos caloiros. É lamentável que se desvie desse objetivo e que se torne numa plataforma de abusos e violências.

Todas estas dimensões permitem fazer luz sobre as lógicas e as dinâmicas sociais de um fenómeno complexo em aparente expansão, apesar dos excessos e das contestações recentes, ecoadas e amplificadas pelos media. Têm provocado a preocupação na sociedade e levado até à intervenção das autoridades nos casos mais mediáticos. Tendo sugerido soluções concretas, a presente investigação visa devolver à praxe a verdadeira tradição académica.

Na China a "instrução militar" tem uma história muito antiga, fazendo hoje parte da cultura universitária. É uma atividade muito importante para os estudantes chineses, porque os ajuda a interagir uns com os outros, sendo uma forma de integração na vida académica e socialização. Porém, a IMU permanece ainda algo controversa: diversos críticos vêm insistindo que o Governo a tornou obrigatória nas escolas com a intenção de fazer uma "lavagem cerebral" aos estudantes e, desse modo, assegurar a estabilidade e a união política. Na presente dissertação, procuramos definir a IMU, descrever a sua evolução histórica e o seu estado atual, apresentando, neste seguimento, sugestões concretas para os defeitos existentes.

A praxe académica, à semelhança da instrução militar, também procura promover a receção e a integração dos caloiros no meio académico, por meio de diversas atividades como exercícios, brincadeiras, treinos, etc.

A instrução militar ocorre no primeiro semestre de cada curso, com militares profissionais a darem uma instrução aos novos alunos muito voltada para o treino físico, a disciplina e a ordem (por exemplo, através da marcha conjunta), para além de darem algumas noções de primeiros socorros e de teoria de militar.

Devido às diferentes culturas e percursos históricos dos dois países, a praxe e a instrução militar registam semelhanças e muitas diferenças e, analisando as perceções dos estudantes, podemos afirmar que as opiniões se dividem a esse respeito. Este estudo comparativo revela-se útil para refletir sobre a continuidade destes fenómenos, e também para analisar o impacto social e o significado da propagação destas tradições. As culturas estudantis e universitárias não se podem resumir à praxe ou à instrução militar, ainda que sejam uma parte indispensável dessas culturas, com muito significado para os universitários.

Hoje em dia, cada vez mais alunos chineses vêm a Portugal para aprender língua e cultura portuguesa, e também muito portugueses vão para a China aprender chinês. Os estudantes portugueses revelam um forte interesse acerca da cultura chinesa e vice-versa. Normalmente, eles estudam em universidades, sendo os primeiros a entrarem em contacto direto com as tradições universitárias do país de acolhimento. Ao descrever a cultura tradicional dos alunos dos dois países, pretendemos que mais pessoas possam conhecer este tópico, já que constitui também uma forma de intercâmbio cultural.

A elaboração da presente dissertação foi um processo de reflexão. Como diz um ditado chinês, "água corrente nunca estagna e dobradiça de porta nunca é carcomida", ou seja, o mundo está em constante evolução e quem não acompanha esta evolução ficará perdido no passado. Seja uma tradição, seja um indivíduo, é necessário tomar a essência e eliminar os aspetos negativos, evoluindo sempre. Acreditamos que as dois países podem aprender um com o outro, nesta, como em muitas outras matérias.

BIBLIOGRAFIA

1. ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (2001). *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. Lisboa: Verbo.
2. ADSHEAD, S. A. M. (2004), *Tang China: The Rise of the East in World History*, New York: Palgrave Macmillan.
3. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Comissão de Educação e Ciência (2008). *As Praxes Académicas em Portugal*, Lisboa.
4. CASTEL' BRANCO, H. (outubro 2000). "Praxe académica - uma tradição" in *Millenium on-line*, nº 20 http://www.ipv.pt/millenium/20_va13.htm.
5. COELHO, Eduardo Prado *et al.* (2003). *Manifesto antipraxe*. Portal de Educação, 2003/05/23(1).
6. COSTA, Joaquim Almeida & MELO, António de Sampaio (1999). *Dicionário da Língua Portuguesa*. 8.^a ed. rev. e act. Porto: Porto Editora.
7. CUNHA, S. (2009). "Lusíada condenada por morte" in *Correio da Manhã*, 2009-09-26(3).
8. DIAS, C. (2012). "Caloira acaba no hospital de Beja depois de praxe" in *Público*, 2012-09-28(2).
9. ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE SETÚBAL (2012). *Manual Bocageano: Código de Praxe*. 2012/11/07(1).
10. ESTANQUE, Elísio Guerreiro do (2016). *Praxe e tradições académicas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
11. FIGUEIREDO, Cândido de (1996). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Venda Nova: Bertrand.
12. FRIAS, A. (2003). "Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra. Lógicas das tradições e dinâmicas identitárias" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66: 81-116 [consultado em <https://rccs.revues.org/1147> a 11/10/2016]
13. JI, Yaqin & TIAN, Peiming (tradução) (2001). *Psicologia da Educação Militar*. WuHan: Imprensa de Universidade de Wuhan.
季亚钦, 田培明 译, 2001, 军事教育心理学【M】武汉大学出版社
14. JING, Lulu (2012). *Estudo de educação de ideológica e política no ensino universitário*. Tese de mestrado. Universidade de Engenharia de Harbin.
金璐璐, 哈尔滨工程大学 硕士学位论文 2012 《大学生军训中的思想政治教育研究》
15. HOUAISS (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1^a ed. Rio de Janeiro: Objectiva.

16. LIU, Xiaochun (2003). *Ordem de cerimónia e simbolismo*. Beijing: Livraria Comercial.
刘晓春, 2003 《仪式与象征的秩序》北京, 商务印书舍
17. MARQUES, R. (2003), "Polícias sujeitos a praxe sexual" in *Correio da Manhã*, 2003/11/22(1).
18. MEI, Xingbin & ZENG, Dongsheng (2008). *O curso de instrução militar universitário*. Guangdong: Imprensa de Ciência e Tecnologia de Guangdong.
梅醒斌, 曾东生, 2008, 大学军训教程【M】广东科技出版社
19. MINEIRO, João (2016), "Praxe académica: uma história longa e uma oportunidade única", in *Público* 18/02/2016. Artigo disponível em www.publico.pt/2016/02/18/sociedade/noticia/praxe-academica-uma-historia-longa-e-uma-oportunidade-unica-1723619.
20. OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS (2010). *Praxes Académicas*.
21. PEREIRA, C. (2006). "Relatos de praxes surpreendem universidade transmontana" in *Público*, 2006-02(3).
22. PENG, Zhaorong (2007). *Teoria e Prática da Cerimónia de Antropologia*. Beijing: Editora étnica.
彭兆荣 (2007) 《人类学仪式的理论与实践》北京, 民族出版社
23. POLITÉCNICO DE VISEU (2000). *Acerca da Praxe Académica*.
24. RYAN, M. & TWIBELL, R. (2000). "Concerns, values, stress, coping, health and educational outcomes of college students who studied abroad" in *International Journal of Intercultural Relations* (24), pp. 409-435.
25. SALVADO, R. R. (2008). "Ensino superior: brincadeiras da praxe são voluntárias" in *TVI* 24, 2008-09-16(5).
26. SANCHES, A. (2009). "Condenação da Universidade Lusíada leva MATA a pedir reflexão sobre praxes" in *Público*, 2009-09-27(2).
27. SERÓDIO, A. (2009). "Relação de Évora condena praxes violentas" in *Jornal de Notícias*, 2009-08-04.
28. SHI, Xiaochun (2006). *Inspeção de educação defesa nacional no ensino superior*. *Jornal académico da Universidade de Humanidades, Ciência e Tecnologia de Hunan*.
石潇纯, 在《湖南人文科技学院学报》2006 (5) 137-140 发表文章“高校国防教育历时态与共时态考察”。
29. VAN GENNEP, Arnold (n.d.). In *Wikipédia*. Consultado a 10/10/2016 disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Arnold_Van_Gennep.
30. WANG, Jianjun (2007). "O efeito da instrução militar e abordagem da prática no

seu trabalho de aluno" in *Jornal do Fórum sobre Educação Contemporânea*, pp. 15-16.

王建军，发表在《当代教育论坛》2010（7）15-16“浅谈军训在学生工作中的作用及其实施途径”。

31. YU, Yuelong (2011). *Solidificar medidas e realização de instrução militar dos estudantes no ensino normal*. *Jornal de informação da tecnologia*.

喻跃龙，在《科技信息》2011（31）280-280 发表文章“浅谈普通高校学生军训成果巩固对策”。

32. YUAN, Dangming (2006). *Psicanálise da instrução militar dos estudantes universitários e estratégias de enfrentamento*. *Jornal Académico do Instituto de Comércio e Tecnologia de Wuxi*.

袁党明，在《无锡商业职业技术学院学报》2006 6（3）42-43 发表文章“大学生军训心里分析及应对办法”。

33. YUAN, Shijun (2004). *Generalidade da educação defesa nacional*. Beijing: Imprensa de ciência militar.

苑士军，2004，国防教育概论，北京：军事科学出版社

34. ZHANG, Jinyuan (2015). *Estudo função educativa de instrução militar*. Tese de mestrado: Universidade de Nanhua.

张晋源 南华大学 硕士学位论文 2015 《大学生军训育人功能研究》

WEB LINKS

1. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Praxe>
Wikipedia, informação sobre a praxe académica (consultado a 12/06/2016).
2. <http://irmandadedassombras.blogspot.pt/2008/04/breve-histria-da-praxe-de-coimbra.html>
Blogue de um grupo de tertúlia de Coimbra, com informação sobre o percurso histórico da praxe académica (consultado a 12/07/2016).
3. https://pt.wikipedia.org/wiki/Praxe_acad%C3%A9mica#Contesta.C3.A7.C3.A3o
Wikipedia, informação sobre a praxe académica (consultado a 26/07/2016).
4. <http://www.comumonline.com/?p=14675>
100 personalidades pedem às universidades “alternativas” à praxe (consultado a 19/08/2016).
5. <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/mae-julgada-por-nomear-assassinos-do-filho-defendese-com-direito-a-revolta-1732650>
DIAS, P.S. (23/05/2016). "Mãe que perdeu filho nas praxes vai a tribunal e invoca direito à “revolta” in *Público* (consultado a 19/08/2016).
6. <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/mataram-diogo-em-praxe-e-pacto-de-silencio-ainda-cala-a-verdade-em-tribunal-anos-depois-1733027>
DIAS, P.S. (25/05/2016). "Mataram Diogo numa praxe e o pacto de silêncio ainda cala a verdade" in *Público* (consultado a 19/08/2016).
7. <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/praxe-polemica-e-violencia-uma-historia-com-seculos-1621112>
SANCHES, A. (25/01/2014). "Praxe, polémica e violência, uma história com séculos" in *Público* (consultado a 19/08/2016).
8. <http://www.dn.pt/portugal/interior/tribunal-nao-encontra-crime-nas-seis-mortes-do-meco--4434089.html>
DORES, R. (04/03/2015). "Tribunal não encontra crime nas seis mortes do Meco" in *Diário de Notícias* (consultado a 20/08/2016).
9. <http://www.china.com.cn/chinese/junshi/677830.htm>
Informação sobre o ROTC - Reserve Officers' Training Corps, dos EUA (consultado a 06/10/2016).
10. http://gf81.com.cn/second_link/hbll/23.html
Informação sobre a reforma do serviço militar russo (consultado a 06/10/2016).
11. <http://www.globalsecurity.org/military/world/europe/uk-army.htm>
Informação sobre o treino militar britânico (consultado a 06/10/2016).
12. <http://news.163.com/14/0825/14/A4GJJS1P00014SEH.html>
Notícia sobre um instrutor que empregava violência em contexto de instrução militar a alunos (consultado a 22/10/2016).

13. <http://www.chinanews.com/edu/2012/09-05/4160899.shtml>.

Notícia de 2012, informando que 80% dos caloiros da Universidade Normal do Sul da China são contra o corte de cabelo militar obrigatório (consultado a 26/10/2016).

14.

[https://books.google.pt/books?id=2injDAAQBAJ&pg=PT310&lpg=PT310&dq=%E5%B0%9A%E6%AD%A6%E5%BC%BA%E5%85%B5&source=bl&ots=1fXj027nWh&sig=Q1hGPMacGcgMtt0t_XLxBz8rD-](https://books.google.pt/books?id=2injDAAQBAJ&pg=PT310&lpg=PT310&dq=%E5%B0%9A%E6%AD%A6%E5%BC%BA%E5%85%B5&source=bl&ots=1fXj027nWh&sig=Q1hGPMacGcgMtt0t_XLxBz8rD-A&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwjsr_Wbn7jQAhVHvhQKHfJHDBw4ChDoAQglMAI#v=onepage&q=%E5%B0%9A%E6%AD%A6%E5%BC%BA%E5%85%B5&f=false)

[A&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwjsr_Wbn7jQAhVHvhQKHfJHDBw4ChDoAQglMAI#v=onepage&q=%E5%B0%9A%E6%AD%A6%E5%BC%BA%E5%85%B5&f=false](https://books.google.pt/books?id=2injDAAQBAJ&pg=PT310&lpg=PT310&dq=%E5%B0%9A%E6%AD%A6%E5%BC%BA%E5%85%B5&source=bl&ots=1fXj027nWh&sig=Q1hGPMacGcgMtt0t_XLxBz8rD-A&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwjsr_Wbn7jQAhVHvhQKHfJHDBw4ChDoAQglMAI#v=onepage&q=%E5%B0%9A%E6%AD%A6%E5%BC%BA%E5%85%B5&f=false).

Estudo sobre a cultura de guerra dos chineses (consultado a 15/11/2016).

ANEXOS

Anexo 1- Inquérito original sobre a Praxe Académica e respostas

Sexo do/a inquirido/a: masculino feminino

50 estudantes

27 do sexo masculino (54%) e 23 do sexo feminino (46%)

1. Que ciclo de estudos se encontra atualmente a frequentar?

a) 1º ciclo (licenciatura) 59% b) 2º ciclo (mestrado) 31% c) 3º ciclo (doutoramento) 10%

2. Se respondeu a) na questão anterior, que ano frequenta atualmente?

a) 1º ano 16% b) 2º ano 46% c) 3º ano 38%

3. Alguma vez participou em atividades da Praxe?

a) sim 83% b) não 17%

4. Se respondeu sim na questão anterior, em que condição?

a) como praxado/a 68% b) como praxante 0% c) ambos (praxado/a & praxante) 32%

5. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, que motivo(s) o/a levou a participar na Praxe?

a) tomar parte numa tradição estudantil 50% b) conhecer outros estudantes 48%
c) fazer a outros o que me fizeram a mim 2% d) outro(s)

6. Como encara, no geral, a Praxe?

a) um modo de integração dos estudantes na vida acadêmica 75% b) uma prática violenta e desnecessária 14% c) outro(s) 11%

7. Considera que na Praxe se cometem excessos?

a) sim 85% b) não 15% c) não sei 0%

8. Se respondeu sim na questão anterior, de que espécie são esses excessos?

a) violência física 18% b) violência psicológica 54% c) consumo imoderado de bebidas alcoólicas 20% d) outro(s) 8%

9. Se tomou parte na Praxe, como praxado/a ou como praxante, fê-lo porque se sentiu forçado/a a isso?

a) sim 10% b) não 90%

10. Se respondeu sim na questão anterior, que tipo de coação sentiu?

a) ameaças à integridade física 19% b) ameaças ao bem-estar psicológico 67%
c) outro(s) 14%

11. Se respondeu b) na questão anterior, que espécie de ameaça ao bem-estar psicológico sentiu?

a) ser posto/a de lado 56% b) vir a ser ridicularizado/a 22% c) vir a ser denegrado/a 15% d) outro(s) 7%

12. Quando ocorrem as atividades da Praxe?

a) nas primeiras semanas do ano académico 20% b) na semana do Enterro da Gata 13% c) durante todo o ano académico 67% d) outro 0%

13. No seu entender, qual seria o momento mais adequado para as atividades da Praxe?

a) nas primeiras duas semanas do ano académico 75% b) na semana do Enterro da Gata 10% c) nas últimas duas semanas do ano académico 0% d) nenhum 6% e) outro 9%

14. No seu entender, qual seria a duração mais adequada para as atividades da Praxe?

a) entre uma a duas semanas 66% b) o ano académico inteiro 23% c) nenhuma 4% d) outra 7%

15. Já ouviu alguma vez falar em acidentes graves ou fatais associados à Praxe?

a) sim 95% b) não 5%

16. Se respondeu afirmativamente na questão anterior, na sua opinião quem foi o principal responsável pelos mesmos?

a) os praxantes 53% b) os praxados 20% c) as autoridades académicas 6% d) outro 21%

17. Se tomou parte nas atividades da Praxe, que balanço faz da sua participação?

a) positivo 73% b) negativo 24% c) não sei 3%

18. Se respondeu positivamente na questão anterior, qual o aspeto que mais valorizou?

- a) o convívio com os colegas 67% b) a ligação a uma tradição académica 28%
c) outro 5%

19. Se respondeu negativamente na questão 17, qual o aspeto que mais destaca?

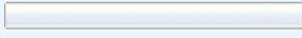
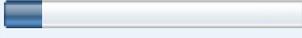
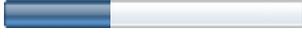
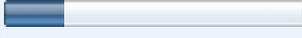
- a) o desinteresse das atividades 54% b) a pressão de grupo 12% c) ameaça
do bem-estar físico 19% d) outro 15%

Anexo 2 - Inquérito original sobre instrução militar e respostas

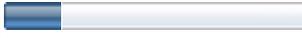
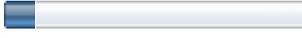
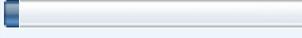
第 1 题 您的性别是 [单选题]

选项	小计	比例
男	53	 54.08%
女	45	 45.92%
本题有效填写人次	98	

第 2 题 请问您是 [单选题]

选项	小计	比例
大一新生	12	 12.25%
大二	0	 0%
大三	8	 8.16%
大四	13	 13.27%
研究生	36	 36.73%
已经工作	29	 29.59%
本题有效填写人次	98	

第 3 题 你军训对你来说 [单选题]

选项	小计	比例
非常轻松	19	 19.39%
一般，可以承受	64	 65.31%
有些受不了	10	 10.2%
无法忍受	5	 5.1%
本题有效填写人次	98	

第 4 题 作为大学的第一课，学生是否喜欢军训？ [单选题]

选项	小计	比例
喜欢	32	32.65%
不喜欢	34	34.69%
无所谓	32	32.65%
本题有效填写人次	98	

第 5 题 你觉得当代大学生需要举行新生军训吗？ [单选题]

选项	小计	比例
需要	77	78.57%
不需要	8	8.16%
无所谓	13	13.27%
本题有效填写人次	98	

第 6 题 您对军训目的理解 [多选题]

选项	小计	比例
锻炼身体	51	52.04%
提高能力和素质	72	73.47%
认识新同学	58	59.18%
没有目的	8	8.16%
本题有效填写人次	98	

第 7 题 你对大学军训的认识 [单选题]

选项	小计	比例
对培养个人意志品格能够起到很大作用	54	55.1%
只要不放在最热的季节都是可以接受的	23	23.47%
军训对于现代大学生已经没有什么实质作用了	21	21.43%
本题有效填写人次	98	

第 8 题 你认为军训对班级凝聚力的影响如何? [单选题]

选项	小计	比例
有积极的促进作用	66	67.35%
一般	20	20.41%
基本没影响	12	12.24%
本题有效填写人次	98	

第 9 题 军训是否有助于形成良好学风 [单选题]

选项	小计	比例
是	69	70.41%
否	29	29.59%
本题有效填写人次	98	

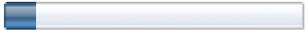
第 10 题 你认为军训一个月能达到军训目的吗? [单选题]

选项	小计	比例
可以; 时间虽少, 日程满, 学到的东西多	57	58.16%
不可以; 不切实际, 有急功近利之嫌	36	36.73%
无所谓	5	5.1%
本题有效填写人次	98	

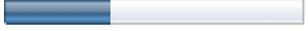
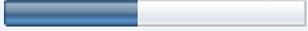
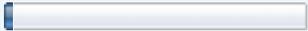
第 11 题 你认为军训给你的收获是 [多选题]

选项	小计	比例
处理各种人际关系	42	42.86%
增强体质, 养成良好的作息习惯	58	59.18%
学生学到军事知识技能, 增强国防观念, 改善知识结构	29	29.59%
可以提高学生的组织性、纪律性、团结互助	64	65.31%
培养学生的艰苦奋斗、吃苦耐劳、勇敢顽强、坚韧不拔的作风	56	57.14%
没有多大意义	13	13.27%
本题有效填写人次	98	

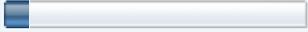
第 12 题 军训对意志力的影响如何? [单选题]

选项	小计	比例
很好，是一个艰苦的过程又是考验毅力的过程	38	 38.78%
在一定程度上有助于锻炼意志力	49	 50%
军训生活对意志力的锻炼没有帮助	11	 11.22%
本题有效填写人次	98	

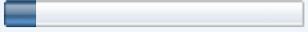
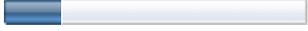
第 13 题 你对军训中在高温下进行大运动量的看法 [单选题]

选项	小计	比例
吃吃苦很有必要	35	 35.71%
气温高造成潜在危险	44	 44.9%
完全没有必要	16	 16.33%
没看法	3	 3.06%
本题有效填写人次	98	

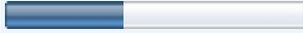
第 14 题 你对军训的严格程度认识如何? [单选题]

选项	小计	比例
严格	45	 45.92%
不严格	8	 8.16%
一般	45	 45.92%
本题有效填写人次	98	

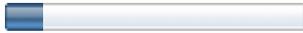
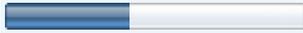
第 15 题 军训时的饮食和睡眠如何? [单选题]

选项	小计	比例
有较好的饮食和作息习惯	68	 69.39%
军训扰乱了我们的生活习惯，造成不好的精神状况	11	 11.22%
觉得和平时生活差不多，没多大影响	19	 19.39%
本题有效填写人次	98	

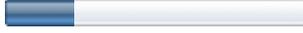
第 16 题 你对自己军训后能力是否改变? [单选题]

选项	小计	比例
能力有所提高	57	 58.16%
没有改变	39	 39.8%
比以前还差	2	 2.04%
本题有效填写人次	98	

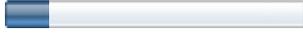
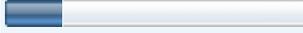
第 17 题 你对教官体罚学生的看法? [单选题]

选项	小计	比例
应该	13	 13.27%
不应该	41	 41.84%
看具体情况	44	 44.9%
本题有效填写人次	98	

第 18 题 你觉得军训中应该增加哪些活动? [单选题]

选项	小计	比例
个人个性平台	23	 23.47%
拳脚训练	20	 20.41%
其他一些轻松有趣的活动	55	 56.12%
本题有效填写人次	98	

第 19 题 是否喜欢给你们军训的教官? [单选题]

选项	小计	比例
喜欢	15	 15.31%
不喜欢	19	 19.39%
没感觉	64	 65.31%
本题有效填写人次	98	

第 20 题 你对军训生活的评价？ [单选题]

选项	小计	比例
军训具有重大意义	17	17.35%
军训是一段值得回忆的美好时光	39	39.8%
军训生活令人讨厌	36	36.73%
没有评价	6	6.12%
本题有效填写人次	98	